

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Isabel de Assis Melo

**GERAÇÃO E INTERESSE POR POLÍTICA: HÁ EFEITO DE COORTE NO
INTERESSE POR POLÍTICA DOS BRASILEIROS?**

Belo Horizonte
2022

ISABEL DE ASSIS MELO

**GERAÇÃO E INTERESSE POR POLÍTICA: HÁ EFEITO DE COORTE NO
INTERESSE POR POLÍTICA DOS BRASILEIROS?**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
da Universidade Federal de Minas Gerais como
requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Ciência Política.
Orientador: Prof. Dr. Mario Fuks.

Belo Horizonte
2022

320 Melo, Isabel de Assis.
M528g Geração e interesse por política [manuscrito]: há efeito
2022 de coorte no interesse por política dos brasileiros? / Isabel
de Assis Melo. - 2022.
74 f.
Orientador: Mario Fuks.
Coorientador: Jakson Alves de Aquino.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1.Ciência política - Teses. 2.Democracia. - Teses
3.Politização - Teses. I. Fuks, Mario . II. Aquino, Jakson
Alves de. III. Universidade Federal de Minas Gerais.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV .Titulo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 16ª/2022 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA ISABEL DE ASSIS MELO

Realizou-se, no dia 19 de dezembro de 2022, às 15:00 horas, por videoconferência, a defesa da dissertação, intitulada “GERAÇÃO E INTERESSE POR POLÍTICA: HÁ EFEITO DE COORTE NO INTERESSE POLÍTICO DOS BRASILEIROS?”, elaborada e apresentada por ISABEL DE ASSIS MELO - número de registro 2020678777, graduada no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Mario Fuks - Orientador DCP/UFMG), Prof. Jakson Alves de Aquino (UFC), Prof. Thiago Moreira da Silva (DCP/UFMG), Prof. Matheus Gomes Mendonça Ferreira (Incentiv.me). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Moreira da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 20/12/2022, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mario Fuks, Professor do Magistério Superior**, em 20/12/2022, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Gomes Mendonça Ferreira, Usuário Externo**, em 20/12/2022, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jakson Alves de Aquino, Usuário Externo**, em 21/12/2022, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1975804** e o código CRC **E15F3796**.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro e agradecimento vai à minha família, que em todos os momentos, do início do sonho, passando pelos dias felizes e tristes, em que achava que não ia conseguir, até o dia de hoje, marco da reta final desse projeto estiveram comigo, garantindo que mesmo de longe eu sentisse seu afeto. Aos meus pais, Maria Verani de Assis e José Teixeira Melo, que acreditando na educação como a mais rica herança que podem nos deixar, sempre fizeram de tudo para que meus irmãos e eu pudéssemos seguir esse caminho. Aos meus irmãos, por tornar essa vida mais alegre. Aos meus tios e tias, primos e prima e à minha vó, que mesmo de longe me fizeram sentir amada e querida.

No entanto, meu principal agradecimento vai para a minha mãe. Sendo ela a agente principal da minha formação, agradeço por ter me criado para o mundo, me permitindo explorá-lo, indo atrás do que desejo, por me permitir ser eu e, acima de tudo, por sempre me apoiar, incentivar e me dar a força necessária para seguir, quando eu achei que não daria conta. Foi por você, mãe, que aos 16 anos saí de casa para estudar fora e é por você que eu sigo nessa batalha. Sem sua benção, eu não conseguiria chegar até aqui.

Quero também dedicar especial agradecimento ao Professor Jakson, que foi a primeira pessoa a me incentivar a seguir esse caminho acadêmico, e fazer eu acreditar que era capaz de fazer um mestrado em uma das melhores universidades do país. Realizar essa maratona foi muito menos difícil com o seu apoio.

Agradeço imensamente ao meu professor e orientador Mario Fuks, que antes mesmo de saber, já me orientava. Já na graduação, foram em seus trabalhos que encontrei a melhor referência e inspiração para pesquisa. Foi você quem fez eu decidir vir para a UFMG, pois queria ter a chance de aprender de perto com o grande nome do comportamento político do país. Obrigada por todos os ensinamentos compartilhados, por aceitar me orientar e pela compreensão durante esse caminho.

Aos meus amigos, novos e velhos, que deixaram esse percurso mais suportável. Em especial, quero agradecer à Bia, que aguentou meus estresses com limpeza nesses três anos e que foi minha principal escuta e fonte de palavras de conforto, e ao Fernando, que foi meu guru e suporte com a programação dos dados, sempre disponível a me ajudar com algo que acho bastante difícil. Agradeço também ao meu amigo Charles e minhas amigas Flora e Marina, que tornaram a vida em Belo Horizonte menos solitária. Sou grata também às minhas colegas de

turma, que apesar de sermos impedidos por um vírus de criarmos vínculos maiores, fizeram questão de deixar um espaço aberto para a escuta e desabafo sobre os perrengues desse mestrado. A cada um de vocês, obrigada por me permitirem reclamar e sofrer, mas também por me darem ânimo quando precisei.

Agradeço também a você, Ní, que apesar de estarmos longe, continuou fazendo questão de me ter por perto. Obrigada pela lembrança diária de me enviar os memes, vídeos de bolos gostosos, vídeos fofos e que me fizeram chorar. Você tornou todos esses dias muito melhores para mim.

Agradeço aos meus colegas do Ccomp, que me receberam de braços abertos no grupo. Obrigada pelos ensinamentos compartilhados, pela paciência e pelo cuidado em todas as vezes que apresentei algum trabalho para o grupo. Vocês, com certeza, me tornaram uma profissional melhor.

Às instituições fomentadoras de pesquisa, que permitiram a mim e meus colegas fazermos pesquisa e crescermos profissionalmente. Em especial, agradeço à Capes que financiou minha pesquisa e permitiu que eu me mantivesse nesse caminho.

Aos criadores dos sites de compartilhamento de artigos e livros científicos gratuitos, sem os quais eu não teria conseguido fazer essa pesquisa.

E finalmente, agradeço ao estado Brasileiro e ao Lula, que através do fortalecimento das políticas de ações afirmativas e de assistência estudantil, permitiram que uma mulher negra, de um distrito de uma pequena cidade do interior do estado do Ceará e oriunda de escola pública ocupasse os espaços de duas grandes universidades federais do país.

RESUMO

O interesse por política é um aspecto está presente em importantes estudos no campo de comportamento político e opinião pública, se mostrando uma variável relevante na composição e explicação de atitudes e comportamentos desejáveis para uma cidadania democrática. Sem um nível mínimo de atenção aos assuntos políticos, os cidadãos nem mesmo estariam cientes do processo político ou de oportunidades para contribuir nas decisões coletivas. Nesse sentido, a importância do interesse político é uma das noções mais bem estabelecidas nos estudos de opinião pública, e a discussão deve ser sobre o grau de interesse nos sistemas democráticos. No entanto, ainda existe uma longa margem para investigação sobre essa motivação. Considerando tamanha importância, neste trabalho, usamos o modelo APC (sigla em inglês para idade-período-coorte), para investigar se existe efeito de coorte/geração no interesse político dos brasileiros. Para isso, usamos dados de do Latinobarômetro e do Lapop (Latin American Public Opinion Project), entre os anos de 1995 e 2018. A partir deles, criamos uma categoria de geração política, baseada em acontecimentos da história política nacional recente, com base na ideia de que esses acontecimentos seriam capazes de formar gerações políticas por meio da socialização. Os resultados não confirmam efeito de geração, mas apenas de idade e do período.

Palavras-chave: Interesse por política. Qualidade da democracia. Socialização Política.

ABSTRACT

Interest in politics is an aspect that is present in important studies in the field of political behavior and public opinion, proving to be a relevant variable in the composition and explanation of desirable attitudes and behaviors for democratic citizenship. Without a minimum level of attention to political matters, citizens would not even be aware of the political process or opportunities to contribute to collective decisions. In this sense, the importance of political interest is one of the best established notions in public opinion studies, and the discussion should be about the degree of interest in democratic systems. However, there is still a long margin for investigation into this motivation. Considering such importance, in this work, we used the APC model (acronym in English for age-period-cohort), to investigate whether there is a cohort/generation effect on the political interest of Brazilians. For this, we used data from Latinobarômetro and Lapop (Latin American Public Opinion Project), between the years 1995 and 2018. From them, we created a category of political generation, based on events in recent national political history, based on the idea that these events would be able to form political generations through socialization. The results do not confirm generation effect, but only age and period.

Keywords: Interest in politics. Quality of democracy; Political socialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Interesse por Política - América Latina.....	43
Figura 2: Interesse por política ao longo dos anos	43
Figura 3: Interesse por Política e Idade	47
Figura 4: Interesse por Política e Faixa de Idade.....	48
Figura 5: Interesse por Política e Sexo	49
Figura 6: Interesse por Política e Anos de Escolaridade	49
Figura 7: Interesse por Política e Classe Econômica.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Representação de Coorte	36
Tabela 2: Distribuição da Coorte de Regimes Políticos	44
Tabela 3: Interesse Político por Coorte (Regime)	45
Tabela 4: Distribuição da Coorte por Eventos Políticos	46
Tabela 5: Interesse Político por Coorte (Eventos).....	47
Tabela 6: Modelo 1 - Variáveis APC (por coorte de regimes).....	53
Tabela 7: Modelo 2 - Modelo completo (APC por coortes de regime + variáveis socioeconômicas).....	56
Tabela 8: Modelo 3 - Modelo completo com faixa de idade (APC por coorte de regime + faixa de idade + variáveis socioeconômicas	58
Tabela 9: Modelo 4 - Variáveis APC (por coorte de eventos)	60
Tabela 10: Modelo 5 - modelo completo (APC por coorte de eventos).....	61
Tabela 11: Modelo 6 - Modelo completo com faixa de idade (APC por coorte de eventos + faixa de idade + variáveis socioeconômicas	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APC – Age-Period-Cohort

Lapop - Latin American Public Opinion Project

HAPC – Hierarquical Age-Period-Cohort Model

GAMs – Generilized Adictive Model

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	GERAÇÃO E INTERESSE POLÍTICO: EFEITOS DA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NA FORMAÇÃO DO INTERESSE POR POLÍTICA	15
2. 1	O papel da socialização	16
2. 2	A teoria do interesse e o interesse pela política: o que está relacionado a essa motivação	18
2. 3	Fundamentação e hipóteses	26
3	METODOLOGIA	29
3.1	Modelos APC e as estratégias de superação do problema de identificação	29
3.2	Banco de dados e variáveis empregadas	35
4	4. RESULTADOS: ANÁLISES DESCRITIVAS E MODELOS ESTATÍSTICOS	42
4. 1	Testando o efeito de coorte no interesse por política	52
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICE	73

1 INTRODUÇÃO

Ao menos um nível mínimo de interesse político entre os cidadãos é considerado importante para a democracia. Essa motivação está presente em importantes estudos no campo de comportamento político e opinião pública, se mostrando uma variável relevante na composição e explicação de atitudes e comportamentos desejáveis para uma cidadania democrática (ALMOND; VERBA, 1963; CONVERSE, [1964] 2006; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995; ZALLER, 1992). Sem um nível mínimo de atenção aos assuntos políticos, os cidadãos nem mesmo estariam cientes do processo político ou de oportunidades para contribuir nas decisões coletivas. Nesse sentido, a importância do interesse político é uma das noções mais bem estabelecidas nos estudos de opinião pública, e a discussão deve ser sobre o grau de interesse nos sistemas democráticos (PRIOR, 2010; 2018; PRIOR; BOUGHER, 2018; SHANI, 2012; VAN DETH, 1990; VAN DETH; ELFF, 2004). No entanto é curioso que seja ainda insuficiente a atenção que estudiosos políticos dão para esta variável.

Nessa perspectiva, esta pesquisa busca analisar a relação entre as experiências de diferentes gerações e seu interesse pela política (baseado em INGLEHART; WELZEL, 2005; JENNINGS; NIEMI, 1981; MANHEIM, 1982; NEUNDORF; NIEMI, 2014; FUKS *et al.*, 2018). Se discute o surgimento do interesse político nos indivíduos como resultado de experiências em seu período formativo, que lhes proporcionaram maior discussão, atenção e aspectos positivos em relação à política.

Essa ideia tem como guia a proposição de Mannheim (1982) de que as gerações são formadas com base em eventos significativos vividos pelos indivíduos. A ideia geral é que os contextos experimentados pelos indivíduos em seus anos formativos condicionam seu processo de socialização. Assim, a vivência comum das condições políticas e sociais, as experiências condicionadas por esse contexto e compartilhadas pelas pessoas, resulta também no compartilhamento de características, fazendo os grupos se distinguirem a despeito dos distintos eventos marcantes experimentados.

Para isso, lança-se mão de um modelo amplamente conhecido na literatura demográfica, sociológica e das ciências sociais em geral, baseado em Idade-Período-Coorte, também conhecido como APC (sigla em inglês para Age-Period-Cohort). Brevemente, esse modelo é utilizado quando se deseja saber o efeito de uma ou mais dessas três variáveis em

algum fenômeno que se deseja estudar. No caso, nosso interesse maior entre essas três variáveis está na “coorte” e em seu potencial efeito no interesse político dos brasileiros.

Mas porque analisar o interesse político enquanto variável dependente? Trabalhos seminais apontam a importância dessa característica para a posse de atitudes e comportamentos políticos desejáveis nos cidadãos, e expressam que os indivíduos politicamente interessados têm maior probabilidade de serem politicamente ativos (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995), mais conscientes do mundo político (ZALLER, 1992) e mais sofisticados politicamente (CONVERSE, [1964] 2006), dentre outras características. O fato é que essa variável motivacional esteve e está presente na maioria dos modelos teóricos e empíricos que se propõem a explicar aspectos de comportamentos e atitudes políticas dos indivíduos, o que a torna um importante tema de estudo.

Além disso, a distância crescente entre os cidadãos e as instituições democráticas (INGLEHART; WELZEL, 2009; NORRIS, 1999) torna a discussão sobre o interesse político saliente. Estudos têm apontado que a apatia, isto é, a ausência de uma motivação para questões políticas, está relacionada a baixos níveis de participação (DAHL *et. al.*, 2017; FOX, 2015). O Brasil registrou na última eleição um alto nível de abstenção eleitoral, sendo esse comportamento causado, entre outras coisas, pela falta de interesse político (CERVI; BORBA, 2019). Tendo em vista que os mais interessados tendem a participar mais, essa classe tenderá a contribuir mais para as decisões coletivas, podendo gerar uma sub-representação no sistema democrático (PRIOR, 2018). Nesse sentido, os estudos de interesse são importantes para pensarmos a qualidade da democracia.

Apesar de não se sustentar aqui a ideia de uma relação determinística entre interesse político e um cidadão com atitudes, valores e comportamentos democráticos – já que essa motivação, por si só, não é capaz de garantir condições para os indivíduos se envolverem ou considerarem “política” um assunto digno de atenção, além de não ser a única motivação que leva ao envolvimento político (PRIOR, 2018) –, sua regularidade e a relevância de seus efeitos no comportamento político fortalecem o foco deste estudo. Considerando o grande espaço aberto para investigação a respeito do interesse político na literatura de ciência política nacional, este estudo se propõe a contribuir com essa discussão.

No Brasil, no campo deste estudo, foram identificados apenas dois trabalhos que buscaram elucidar fatores relacionados a essa motivação (RIBEIRO; BORBA, 2010, OKADO

2013), e mesmo nestes trabalhos, a variável não é o centro do estudo, sendo analisada de forma secundária, em conjunto com outras variáveis. Além disso, houve pouca discussão a respeito da definição do conceito, ocupando uma zona cinzenta no debate teórico. Considerando que esta seja uma característica fundamental dentro dos estudos de comportamento político, este trabalho visa também contribuir para uma elucidação do termo, contribuindo para um maior debate científico.

As perguntas que essa pesquisa busca responder são as seguintes: há efeito de coorte no interesse político dos brasileiros? Mais especificamente, gerações que passaram seus anos de socialização em momentos político-histórico do país de grande mobilização política e alto teor de debate na opinião pública sobre assuntos relacionados ao campo político se interessam mais do que gerações que não vivenciaram esses aspectos em seus anos formativos? Diferentes regimes políticos são capazes de formar gerações com diferentes níveis de interesse político? Gerações socializadas no regime democrático são mais interessadas por política do que as gerações que foram socializadas em um regime autoritário ou mesmo em um regime menos democrático, como a república liberal? Minha aposta é que as respostas a essas questões são afirmativas.

Para as análises, utilizamos dados de duas das principais pesquisas de opinião pública na América Latina, o Latinobarômetro¹ e o Lapop (sigla para *Latin American Public Opinion Project*)². Para isso, juntamos diversos dados de pesquisas de *survey* realizados entre os anos de 1995 e 2018, totalizando 16 anos de pesquisa realizados, e cobrindo uma série temporal de 23 anos da opinião pública nacional.

Tendo feito esta introdução, os próximos capítulos estão divididos em: um capítulo teórico, em que mobilizo os principais termos utilizados nesta pesquisa (como socialização, gerações, interesse político) e termino apontando as hipóteses que norteiam este trabalho. O capítulo seguinte é o metodológico, onde trago para discussão a definição do modelo APC, os principais argumentos e discussões na literatura a respeito desse modelo, além dos arranjos que se dispõem para testar as hipóteses deste trabalho, como as variáveis mobilizadas e os modelos estatísticos utilizados. O capítulo seguinte trata das análises feitas e discute sobre os resultados obtidos,

¹ O Latinobarômetro é um estudo de opinião pública que, anualmente, realiza entrevistas em 18 países da América Latina, sendo amplamente utilizado em pesquisa de opinião pública e comportamento político. Mais informações podem ser encontradas em: <https://www.latinobarometro.org>.

² Lapop é também um instituto de pesquisa especializado em pesquisas de opinião pública e amplamente utilizados por pesquisadores da área em pesquisas acadêmicas. Mais informações são possíveis de serem acessadas em: <https://www.vanderbilt.edu/lapop/>.

tanto análises descritivas quanto a dos modelos estatísticos. Por fim, temos as considerações finais. Dito isto, sigamos aos próximos passos.

2 GERAÇÃO E INTERESSE POLÍTICO: EFEITOS DA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA NA FORMAÇÃO DO INTERESSE POR POLÍTICA

Um dos grandes debates que tem retornado à literatura é sobre o efeito geracional em variáveis políticas atitudinais e comportamentais dos indivíduos. Trabalhos recentes vêm discutindo sobre um crescente distanciamento entre os cidadãos e as instituições tradicionais da democracia representativa. Grande parte deles apontam para diferenças geracionais nas orientações políticas dos cidadãos, trazendo novamente um renascimento nos estudos de socialização política (FUKS *et al.*, 2018; NORRIS; INGLEHART, 2018).

Estudos apontam que os mais jovens participam menos da política convencional e, portanto, estão menos presentes em momentos decisórios como as eleições (NORRIS; INGLEHART, 2018). A teoria da modernização cultural, por exemplo, com seu maior expoente sendo o trabalho de Ronald Inglehart e Christian Welzel (2005) argumenta que, para países com alto desenvolvimento social e econômico, as coortes mais jovens são mais propensas a serem mais tolerantes e a participarem mais de atividades de participação políticas menos tradicionais-institucionais, como manifestações e boicotes. No contexto da América Latina, Fuks *et al.* (2018) encontram que gerações que viveram em regimes autoritários são mais propensas a apoiar a democracia, em comparação a gerações que só vivenciaram o regime democrático. Diante disso, podemos ver o importante papel da geração em diversas características do comportamento político.

Teorias geracionais argumentam que o contexto de socialização do indivíduo é o fator mais importante para entender as diferenças de valores que ele apresenta, se comparado aos efeitos de idade e período em que vive. Estudiosos argumentam que pessoas que experimentam o mesmo contexto sócio-histórico em seu período crítico de socialização, que dividem os mesmos problemas e eventos históricos, fazem parte de uma geração, pois essas experiências cristalizam e diferenciam seu grupo de outros, que compartilharam outros eventos e outros contextos. Mesmo depois que amadurecem ao longo da vida, essas pessoas carregam consigo traços e características comuns e esses diferentes conteúdos definem distintas coortes (GRASSO, 2014; MANNHEIM 1982).

Geração, portanto, pode ser definida como o conjunto de pessoas que nasceram em um determinado período e que compartilham de experiências históricas e sociais, apresentando pensamento e comportamento comuns (JEFFRIES; HUNTE, 2003 *apud* NOVAES, 2018). Essa linha é a mesma de Mannheim, que vê geração como um fenômeno cultural. Em sua visão, geração se refere a um grupo que possui forte identidade histórica, que compartilha experiências, destinos, ideias, conceitos (MANNHEIM, 1982).

O argumento presente nos trabalhos que mobilizam geração para analisar comportamentos e atitudes políticas é o de que o contexto em que os cidadãos crescem é central para o desenvolvimento político, pois características e acontecimentos resultantes desses contextos influenciam na formação e evolução de características dos indivíduos (NEUNDORF; NIEMI, 2014; NEUNDORF; SMETS; GARCÍA-ALBACETE, 2013).

Isto é, efeitos geracionais são entendidos como sendo o resultado do compartilhamento de experiências de socialização, especialmente durante o final da adolescência e início da idade adulta³, uma importante fase do ciclo de vida de um indivíduo, que é frequentemente rotulada de anos formativos ou impressionáveis (NEUNDORF; NIEMI, 2014; FUKS *et al.*, 2018). Cidadãos podem, então, diferir em suas atitudes políticas devidos às experiências de socialização distintas, que formam seus sistemas de crenças.

Diante disso, alguns estudiosos defendem que, se quisermos entender as mudanças políticas que ocorrem nas sociedades modernas, não podemos ignorar as diferenças geracionais. E apesar do crescimento dos estudos que consideram a questão das gerações dentro dos estudos políticos, ainda há pouco empreendimento de pesquisas. Ainda são poucos os estudos que tomam a geração como variável explicativa para o entendimento de atitudes e comportamentos políticos, havendo carência de mais investigações (FUKS *et al.*, 2018; NEUNDORF; NIEMI, 2014).

2. 1 O papel da socialização

³ Embora não se tenha um consenso a respeito disso. Algo que será debatido adiante.

No campo da socialização política existe uma disputa de narrativa a respeito do momento em que se desenvolvem atitudes e o nível de resistência e abertura dessas características. Em relação ao comportamento político, há um modelo teórico que advoga pela plasticidade das atitudes políticas ao longo da vida, isto é, para uma mutabilidade e outro modelo que defende a persistência de atitudes políticas desenvolvidas na infância e adolescência (EASTON; DENNIES, 1969; SEARS; FUNK; 2015; NEUNDORF; SMETS; GARCÍA-ALBACETE, 2013).

Aqueles que defendem a persistência se baseiam na ideia de que a aprendizagem na infância é relativamente duradoura, persistindo ao longo da vida, e na noção de que as orientações básicas adquiridas no início da vida moldam as orientações e crenças políticas posteriores. Mas apesar de pesquisas iniciais assumirem o pressuposto da durabilidade das orientações políticas adquiridas na infância e adolescência, pesquisas posteriores defendem que seus efeitos sobre as atitudes dos indivíduos ao longo da vida foram superestimados (SEARING; WRIGTH; REBINOWITZ, 1976).

Para os que denotam grandioso papel para os anos iniciais de vida na constituição de atitudes e valores políticos, se enfatiza o papel da família como uma das principais agências de transmissão de orientações políticas (JENNINGS *et al.*, 2009). Entende-se que os pais são os principais influentes no desenvolvimento das orientações políticas dos filhos. Isso acontece, pelo menos, de duas formas diferentes. A primeira delas é a partir do status socioeconômico dos pais, contribuindo para o envolvimento político devido a um efeito direto no status socioeconômico dos filhos. Uma segunda maneira pela qual os pais podem influenciar atitudes, orientações e comportamentos políticos dos filhos é através de suas características políticas explícitas (JENNINGS; NIEMI, 1968). Em relação ao interesse político, variável chave neste estudo, por exemplo, pais altamente politizados podem promover orientações cívicas positivas que estimulam o interesse e envolvimento na política.

Seguindo essa linha da persistência e cristalização das normas e atitudes políticas, as teorias geracionais argumentam, portanto, que o contexto de socialização de uma pessoa é o fator mais importante para entender diferenças de características políticas entre os indivíduos. Esse efeito seria maior que efeitos de ciclo de vida e até de período.

Um argumento que contrapõe a ideia de socialização persistente e defende maior plasticidade dos atributos políticos é o de ciclo de vida. O argumento defendido é o de que há

espaço para que, ao longo da vida, os indivíduos desenvolvam atitudes, motivações e comportamentos. De acordo com essa corrente, valores, atitudes e comportamentos diferem entre os indivíduos, nos diferentes estágios da vida. À medida que os indivíduos envelhecem e vão mudando seu papel social, seu lugar na sociedade, essas características mudam. Isto é, cada fase contém experiências e situações específicas que podem desencadear ou obstruir os níveis de interesse político (NEUNDORF; SMETS; GARCÍA-ALBACETE, 2013).

Nessa linha, alguns estudos apontam certa apatia política por parte dos jovens, e muitos deles mobilizam o argumento do ciclo de vida, justificando que os jovens estão desinteressados em política devido à sua fase de vida, pouco propícia para o desenvolvimento dessa característica. A ideia é de que eles ainda têm pouca experiência com o universo político, o que os torna pouco apegados à vida cívica e com poucas habilidades e conhecimentos políticos. Ao assumir papéis de adultos, esses indivíduos se percebem como parte de uma comunidade, elevando-se as chances de um aumento do interesse político nesses indivíduos (NEUNDORF; SMETS; GARCÍA-ALBACETE, 2013).

2.2 A teoria do interesse e o interesse pela política: o que está relacionado a essa motivação

Apesar de ser um termo intuitivo e de amplo uso na literatura nacional na área de opinião pública e comportamento político, uma definição e discussão a respeito do que seja o interesse político não são realizadas. Mesmo tendo sua importância incontestada, por ser poucas vezes analisada enquanto variável dependente, não há uma explanação a seu respeito. Nesse sentido, entende-se que há a necessidade de uma maior explanação a respeito do termo, contribuindo, assim, para o enriquecimento do debate a respeito do tema no país.

A teoria do interesse, no campo da psicologia, vê o interesse como uma variável motivacional, específica do objeto, que surge da interação dos indivíduos com seus ambientes. É o que se chama teoria pessoa-objeto. Assim, considerar uma pessoa interessada ou não exige a descrição de seu objeto de interesse. Além disso, o interesse é entendido como semelhante a um traço pessoal, que varia entre as pessoas, mas é relativamente estável ao longo do tempo e entre contextos (HARACHIEWICZ; KNOGLER, 2017; HIDI; RENNINGER; KRAPP, 2004; KRAPP; PRENZEL, 2011).

Por ser uma motivação intrínseca, e se basear na curiosidade natural das pessoas, o interesse permite que as pessoas expandam seus conhecimentos, habilidades e competências relacionadas a essa motivação com mais facilidade (HARACHIEWICZ; KNOGLER, 2017).

O estado psicológico do interesse pode ser situacional ou disposicional⁴. No primeiro caso, o interesse é visto como uma consequência imediata dos fatores contextuais presentes em uma situação. Nesse sentido, o interesse situacional emerge da situação e está vinculado a ela. Já o interesse disposicional é entendido como uma disposição latente, que pode ser ativada em determinada situação, mas que não depende dela para existir. Embora os dois tipos compartilhem do mesmo estado psicológico e que, para o indivíduo, pareçam o mesmo, já que não há como sentir interesse sem estar em um estado de interesse, eles se originam de duas formas diferentes e estão associados a mecanismos distintos: ambiente e predisposição latente (HARACHIEWICZ; KNOGLER, 2017; HIDI; RENNINGER; KRAPP, 2004).

Estudos psicológicos apontam que pessoas que se interessam mais, aprendem mais facilmente, conhecem mais e têm maior probabilidade de realizarem comportamentos direcionados ao assunto “política” (HARACHIEWICZ; KNOGLER; 2017).

Essas definições apresentadas foram trazidas de estudos psicológicos que se propuseram a entender o contexto de aprendizagem a partir da teoria do interesse. Na ciência política, alguns estudiosos se propuseram a aplicar essa teoria à disciplina (PRIOR, 2018; PRIOR; BOUGHER, 2018). Nesses trabalhos, o interesse político é tomado como uma predisposição latente no indivíduo, que pode se sustentar mesmo quando o estímulo ambiental inicial desaparece. O interesse político é, portanto, uma predisposição relativamente duradoura para se engajar com o conteúdo político ao longo do tempo, que se inicia com o interesse situacional, quando algo no ambiente desencadeia uma reação afetiva, e se desenvolve em interesse político disposicional (PRIOR, 2018; PRIOR; BOUGHER, 2018).

Como salientado anteriormente, importância do interesse político é uma das noções mais bem estabelecidas nos estudos de comportamento político (PRIOR, 2010; 2018; PRIOR; BOUGHER, 2018; SHANI, 2012; VAN DETH, 1990; VAN DETH; ELFF, 2004; ZALLER, 1992). Ele é um forte indicador de atitudes e comportamentos importantes para uma cidadania democrática, e diversos estudos encontraram que aqueles politicamente interessados têm maior probabilidade de acompanhar notícias e apreender mais sobre os assuntos políticos, são mais inclinados a se engajarem e participarem de espaços políticos (ALMOND; VERBA, 1963; CONVERSE, [1964] 2006; DAHL; ABDELZADEH; SOHL, 2016; PRIOR, 2010; SHEHATA; AMNA, 2019; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995; ZALLER, 1992). Sem um nível

⁴ O interesse disposicional é chamado também, em alguns casos, de interesse individual. Neste trabalho, opto pelo uso do primeiro conceito.

mínimo de atenção aos assuntos políticos, os cidadãos nem mesmo estariam cientes do processo político ou de oportunidades para contribuir nas decisões coletivas.

Nesse sentido, poucas variáveis são tão centrais para os estudos de atitudes, comportamento político, opinião pública, democracia, quando o interesse político. No entanto, embora a busca de uma melhor compreensão do seu desenvolvimento e de suas origens tenha recebido crescente atenção de pesquisas nas últimas décadas (KOSKIMAA; RAPELI, 2015; NEUNDORF; SMETS; GARCÍA-ALBACETE, 2013; PRIOR 2010; 2018; SHANI, 2012; SHEHATA; AMNA, 2019), é surpreendente que, diante de tamanha importância, uma quantidade ainda insuficiente de estudos se proponham a entender o interesse político, a conceituá-lo, a buscar seus antecedentes, a medir esse conceito-chave (PRIOR, 2010; 2018; SHANI, 2012).

Não à toa, diversos estudos encontraram que aqueles politicamente interessados têm maior probabilidade de acompanhar notícias e conhecer mais sobre os assuntos políticos, são mais inclinados a se engajarem e participarem de espaços políticos, são mais propensos a serem mobilizados e incentivados a participarem politicamente (ALMOND; VERBA, 1963; CONVERSE, [1964] 2006; DAHL; ABDELZADEH; SOHL, 2016; PRIOR, 2010; SHEHATA; AMNA, 2019; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995; ZALLER, 1992).

A motivação das pessoas politicamente interessadas faz uma diferença importante para o nível de envolvimento político. Geralmente, pessoas politicamente engajadas possuem um interesse estável em assuntos políticos, indicando uma forte relação entre essas variáveis. No entanto, não significa, necessariamente, que interesse e envolvimento político estejam sempre juntos. Isso porque outros fatores interferem nesta relação. Por exemplo, a pessoa pode se interessar, mas não tem condições para ir além no desenvolvimento do interesse e de seus potenciais efeitos, ou pode não se interessar, mas ser capaz de compreender as engrenagens políticas ou acompanhar e cobrar trabalho dos políticos.

É necessário, aqui, fazer uma pontuação. Até então, foram citados apenas efeitos positivos do interesse político, e por mais que sejam verdadeiros esses efeitos, o interesse enquanto motor da democracia também tem seu risco. Por exemplo, para o contexto americano, identificou-se nas eleições de 2016 um grande aumento do interesse por política entre o público apoiador de Donald Trump, e embora haja poucas evidências de que ele se beneficiou desse aumento (PRIOR; BOUGHER, 2018), estudiosos alertam que interesse e populismo têm o

potencial de se combinar de maneiras prejudiciais à democracia (PRIOR, 2018). Nesse sentido, não se defende categoricamente aqui que indivíduos interessados são sempre participativos e engajados ou que aquelas pessoas sem interesse nunca farão parte da construção de um autogoverno democrático. No entanto, o que torna as pessoas politicamente interessadas tão valiosas é que é maior a tendência de que elas não precisem de um estímulo pontual para se envolverem na política (PRIOR, 2018).

Mas o que causa o interesse político? Ou o que está relacionado à falta de interesse políticos das pessoas? O que a literatura nos diz sobre isso? Na literatura, há apontamento de efeitos de variáveis individuais (psicológicas e sociodemográficas) e de variáveis contextuais, que considera fatores sociais, econômicos, eventos do contexto em que os indivíduos estão (GALAIS, 2012; VAN DETH, 1990; VAN DETH, ELFF, 2004).

Quanto à variável independente central neste estudo, como já salientado, modelos teóricos no campo da socialização se distinguem quanto à explicação da forma como as atitudes políticas se formam ao longo da vida. Novamente, por um lado, há quem defenda um modelo de “persistência”, de “estabilidade”, em que é conferido grande peso às experiências dos anos iniciais de vida dos indivíduos, contribuindo para a formação de atributos que persistirão ao longo da vida. Por outro lado, uma parte da literatura defende um argumento de “abertura ao longo da vida”, de “flutuação”, em que se defende que as atitudes não são rígidas e se atualizam e continuam mudando ao longo da vida (JENNINGS, 1979). Há ainda uma outra parte da literatura que une esses dois pontos, argumentando que apesar das experiências iniciais, os “anos impressionáveis”, serem desproporcionais na formação de atitudes, tendo maior peso, há sim espaço para o desenvolvimento de novas atitudes, mas só até o início da vida adulta, quando elas tendem à estabilidade (PRIOR, 2010).

Na maioria dos estudos recentes à cerca do interesse político defende-se o argumento de que essa motivação, assim como algumas atitudes políticas, se desenvolve nos anos iniciais de vida e tendem a se estabilizar até a idade adulta. Nesse sentido, a infância, adolescência e início da idade adulta são cruciais na formação dessa motivação, dando estabilidade e suporte ao longo da vida (KOSKIMAA; RAPELI, 2015; NEUNDORF; SMETS; GARCÍA-ALBACETE, 2013; PRIOR, 2018). Tomando esse modelo, o conjunto de influências familiares do indivíduo e a educação política que recebem nessa fase assumem considerável relevância. A socialização política dos pais ou responsáveis e as condições socioeconômicas da família são bastantes influentes no nível de interesse político do indivíduo.

Próximo dessa ideia está a corrente de estudo da “explicação cultural”/cultura política. Essa corrente advoga que os membros de diferentes sociedades apresentam padrões culturais diferentes, sendo caracterizadas por diferenças duradouras em relação a atitudes, valores e habilidades políticas (INGLEHART, 1981). Nesse sentido, o meio importa.

Uma parte da literatura que estuda geração e que considera a explicação cultural para comportamentos e atitudes políticas se pauta na ideia de que eventos da história de um regime político explica diferenças nessas características. Por exemplo, em trabalho que analisa o contexto grego e espanhol, dois países com jovens democracias, Martín (2005) analisa o interesse política desses dois públicos pautada na ideia de que eventos em suas histórias políticas explicam diferenças nos níveis e na evolução do interesse político entre seus cidadãos. A ideia é que indivíduos socializados como jovens adultos em regimes democráticos mostrariam níveis mais elevados de interesse por política do que aqueles socializados em regimes não democráticos, considerando aspectos como grau de abertura democrática, grau de mobilização e repressão, entre outros aspectos (MARTÍN, 2005).

Esse recorte de pesquisa considera o que a literatura chama de conjunturas críticas, isto é, períodos em que ocorrem grandes mudanças no funcionamento da sociedade, dos quais derivam diferentes legados. Um exemplo desse evento crítico seria o processo de transição de um regime para outro (COLLIER; COLLIER, 1991; MARTÍN, 2005).

Por exemplo, considerando a transição de um regime autoritário para um democrático e sua relação com o interesse político, a forma do cidadão se relacionar com o universo política muda, existindo novas e maiores possibilidades de interação. A ideia é que apesar de afetar a todos os indivíduos que vivenciam esse acontecimento, independentemente da idade, os indivíduos que foram socializados nesse momento absorvem padrões duradouros no seu interesse pela política em decorrência desse evento.

O que o autor aponta é que, para as realidades estudadas, ao se analisar o efeito que pertencer a uma determinada coorte tem sobre o interesse pela política, as coortes socializadas em regimes democráticos mostram-se menos interessadas na política do que algumas das coortes socializadas durante a guerra civil ou mesmo em um regime não democrático. O autor sugere que o que influencia o nível de interesse dos cidadãos pela política não é a história da democracia, mas sim a história da mobilização política. No contexto espanhol, por exemplo, as coortes que apresentam os maiores níveis de interesse pela política são a coorte socializada

durante a segunda fase do regime de Franco (1955-1976), caracterizada pelo renascimento gradual da sociedade civil, bem como a coorte socializada durante a transição e período de consolidação (1977-1982), também caracterizado por níveis de mobilização superiores a outros períodos analisados. Já para a Grécia, nenhuma explicação baseada na história da mobilização política é forte o suficientemente (MARTÍN, 2005).

Sobre os efeitos contextuais, a tese da politização defende que um contexto de desenvolvimento econômico favorece o aumento do envolvimento político, e em consequência, o desenvolvimento do interesse político porque os cidadãos associam que os arranjos políticos são importantes para esse resultado, fazendo com que se interessem pelo assunto. Em termos gerais, a tese da politização argumenta que o nível de interesse político entre os cidadãos é uma função crescente da relevância dos arranjos sociais e políticos em uma sociedade (VAN DETH, 1990; VAN DETH, ELFF, 2004). Nessa perspectiva, há espaço para acontecimentos pontuais e de nível coletivo influenciarem no nível de interesse político entre os cidadãos.

Por outro lado, em estudo realizado considerando democracias ocidentais desenvolvidas (países da Europa e EUA), Markus Prior (2018) aponta para uma alta estabilidade do interesse político dos respondentes, conferindo um espaço limitado para eventos e eleições, por exemplo. Dessa forma, o interesse não é guiado pela expectativa de recompensas materiais e pontuais, não sendo puramente instrumental (PRIOR, 2018; PRIOR; BOUGHER, 2018). A estabilidade individual do interesse político, portanto, torna difícil tanto fortalecê-lo, quanto destruí-lo, pois, uma vez que os indivíduos não desenvolveram o interesse político até seus anos iniciais e começo da vida adulta, é muito difícil que desenvolvam, da mesma forma que uma vez estabelecido e fortalecido, é muito difícil que o indivíduo abandone esse interesse.

Desse modo, há pouco espaço para efeitos de período. A motivação, nas palavras do autor, é amplamente imune a eventos políticos ou flutuações econômicas. Um novo chefe de governo, um projeto de lei polêmico antes da legislatura ou uma grande queda nos mercados pouco fazem para capturar o interesse geral das pessoas na política. Isso talvez seja lamentável, porque não podemos contar com essa motivação se tornando mais forte quando necessário, em tempos de controvérsia crítica. Mas essa base cívica, por mais mediana que seja, perdura mesmo quando a política não é atraente (PRIOR, 2018).

Deve-se mencionar, no entanto, que alguns aspectos constitutivos são importantes nessa discussão. A tese da politização considera dados agregados de *surveys* transversais, já a teoria

defendida por Markus Prior considera dados de painel, acompanhando os mesmos indivíduos ao longo do tempo. Esses detalhes são importantes quando pensamos na distinção básica apresentada no início, entre interesse situacional e disposicional. Os dados transversais não permitem fazer a distinção entre o interesse dos respondentes, já que, geralmente, pergunta o nível de interesse dos respondentes e não segue lhes acompanhando. Logo, os dados revelam tanto quem já tem um forte interesse estabelecido quanto quem, instigado por algum motivo/evento teve o interesse no assunto despertado no momento em que a pesquisa aconteceu, e que, talvez, se perguntado futuramente pode não ter permanecido com esse interesse. Já os dados de painel são mais favoráveis a dissociar entre esses dois tipos de interesse, já que consegue acompanhar por um período maior de tempo se essa motivação permanece com o indivíduo.

Existem resultados divergentes sobre a relação entre idade e interesse. Alguns trabalhos apontam que os mais jovens, especificamente a geração *millenium*, são mais apáticas (DAHL et. al., 2017; FOX, 2015) e que os mais velhos são mais interessados em assuntos políticos (GLEEN; GRIMES, 1968; VAN DETH, 1990; OKADO; RIBEIRO, 2015). Por outro lado, os trabalhos apontam também resultados em que os idosos teriam menos interesse por política, pelos arranjos sociais nessa etapa da vida, em que à medida que suas redes sociais enfraquecem, os estímulos políticos diminuem, tornando o seu papel social menos central e visível na sociedade (DÚRAN MUÑOZ, 2007). Em suma, a idade estaria relacionada a um interesse pela política de tipo quadrático, com uma virada na meia-idade (GALAIS, 2012a; 2012b).

Para alguns autores, partidos e suas ideologias mobilizadas também têm impacto na formação do interesse por política. Identificou-se que a ideologia de esquerda favorece o interesse pela política, enquanto a ideologia de centro tem efeito oposto e a ideologia de direita ficaria nesse meio. Mudanças de discursos dos principais partidos mais para o centro tendem a gerar uma queda no interesse, discursos mais polarizados favorecem. A impressão de que “todas as partes são iguais” leva a uma diminuição do interesse. Nessa linha, o discurso dos partidos, a forma como esses partidos se apresentam ideologicamente, a percepção que os cidadãos têm das diferenças de discurso entre os partidos provoca mudança no interesse político dos cidadãos.

Antony Downs (1999) em seu estudo sobre como o eleitor se comporta para a escolha do voto identificou que os partidos, em resultado do movimento para conquistar o eleitor mediano, também perdem quando não se distinguem para o eleitorado. Em sentido parecido,

embora não declarada essa comparação pela autora, Martín (2005) argumenta que é favorável para o desenvolvimento de interesse pela política entre os cidadãos que os partidos sejam distintos. Isto é, quanto mais diferenças os cidadãos perceberem entre os partidos, mais interessados na política eles ficarão. Além disso, aponta também que a maior mobilização dos partidos no dia a dia tem efeito positivo no interesse por política. Dessa forma, acontecimentos de mobilização no período de socialização ajudam a explicar porque mais gente se interessa, mas há espaço também para o cotidiano.

Outra influência comumente apontada pela literatura de socialização, a educação, parece afetar o interesse político. A educação teria um efeito primário e secundário. Secundário no sentido de que filhos de pais instruídos desenvolvem interesse político em maior medida na adolescência (PRIOR, 2018, NEUNDORF; SMETS; GARCÍA-ALBACETE, 2013). Mas além disso, há um efeito primário. Por exemplo, em estudo realizado com países da América Latina, a escolaridade apresentou papel fundamental no desenvolvimento de habilidades informativas e cognitivas necessárias para o desenvolvimento do interesse político (RIBEIRO; BORBA, 2010). Outros estudos, em contextos de democracias mais antigas e desenvolvidas, defendem que a educação tem influência no desenvolvimento do interesse, mas não qualquer nível de escolaridade, sendo o nível médio de ensino o que tem maior efeito no desenvolvimento da motivação para a política (PRIOR, 2018; VAN DETH, 1990).

O papel do sexo também tem sido discutido nos estudos de interesse político. A proposição predominante é que as influências sociais de gênero, relacionadas aos papéis sociais derivados de cada um dos sexos, experiências de aprendizagem sobre assuntos políticos e oportunidades de ação se diferenciam entre os sexos, tendo impacto no desenvolvimento dessa motivação. Nesse sentido, as mulheres são colocadas em um papel social que não engloba o mundo político e absorvem a ideia de que a política está além de sua compreensão, se interessando menos em assuntos políticos (BENNETT; BENNETT, 1989; INGLEHART, 1981; VAN DETH, 1990).

A literatura aponta também que aspectos culturais do ambiente em que o indivíduo está inserido têm grande influência no seu nível de interesse político. Se em determinada cultura predomina e se propaga a ideia de que política significa “brigas intermináveis, rivalidades pessoais e luta pelo poder” (VAN DETH, 1990, p. 284, tradução nossa), os cidadãos tendem a se interessar menos por assuntos políticos. Já quando as pessoas confiam no seu governo e estão

satisfeitas com o seu regime político, elas tendem a ser mais interessadas, pois o engajamento é mais gratificante com um objeto que funciona como desejado (PRIOR, 2018).

Estudos na área da psicologia do interesse atribuem um relevante papel ao sentimento de poder enfrentar a realidade política e se sentir eficaz, isto é, sentir que pode interferir na realidade que se apresenta. Seguindo essa linha, a literatura indica efeito da eficácia política subjetiva no interesse por política. A ideia defendida é que o senso de eficácia estimula o interesse porque é mais gratificante estar interessado em um conteúdo que se espera poder compreender e lidar intelectualmente.

Outro aspecto atitudinal relacionado ao interesse é o partidarismo (PRIOR, 2018). Encontrou-se grande efeito da identificação partidária no desenvolvimento do interesse político. Tomando a discussão de Campbell et. al. (1980) que apontavam forte relação entre identificação partidária e interesse político, mas sem conseguir responder o sentido da relação causal, Markus Prior (2018) encontrou, através de desenho de pesquisa causal, efeito da identificação no interesse por política, tendo, inclusive, um efeito excedente ao de qualquer outra variável atitudinal examinada.

Para a realidade brasileira, ainda são poucos os trabalhos a respeito dessa temática, mas algumas coisas já nos foram ditas (BORBA; RIBEIRO, 2010; DEL PORTO, 2012; OKADO 2013). Ednaldo Ribeiro e Julian Borba (2010), a partir de análise de dados do *World Value Survey* cobrindo um período temporal de quatro anos (de 2005-2008), não encontraram diferenças no nível de interesse por política em termos geracionais. Fabíola B. Del Porto (2012) nega a hipótese de efeito geracional na adesão à democracia, interesse e envolvimento com a política institucional no país, defendendo que a socialização política é vitalícia, isto é, acontece ao longo da vida.

2. 3 Fundamentação e hipóteses

Recapitulando, este trabalho busca articular o importante debate sobre mudança geracional em aspectos do comportamento políticos dos cidadãos em sociedades modernas. Se analisa o efeito de geração para uma variável que possui grandioso papel dentro do campo, o interesse político, com vista em tentar descobrir se existe impacto geracional no nível de interesse político na

população brasileira. Sendo o interesse um dos motores da democracia, crucial para a estabilidade dos sistemas de crença da população, para aspectos comportamentais, é, então, de suma importância estudá-lo.

Como apontando, teorias geracionais argumentam que o contexto de socialização do indivíduo é o fator mais importante para entender as diferenças de valores que ele apresenta, se comparado aos efeitos de idade e período. Estudiosos argumentam que pessoas que experimentam o mesmo contexto sócio-histórico em seu período de socialização, que dividem os mesmos problemas e eventos, fazem parte de uma geração, pois essas experiências cristalizam e diferenciam seu grupo de outros, que compartilham outros eventos e outros contextos. Mesmo depois que amadurecem ao longo da vida, essas pessoas carregam esses traços e características comuns (GRASSO, 2014; MANNHEIM 1982). Esses diferentes conteúdos definem distintas coortes.

Ainda são poucos os estudos que utilizam “Geração/coorte” como variável explicativa nos estudos de comportamento político no país e até na América Latina. É mais comum trabalhos com o uso da idade nas análises, mas, no geral, ela aparece como variável para controlar o efeito de outras variáveis mais importantes nos trabalhos (FUKS *et al.*, 2018).

É considerando essa expectativa teórica, sobre o efeito do momento de socialização de grupos de indivíduos que compartilham o mesmo período histórico, que a ideia de gerações políticas se baseia. O argumento chave é que pessoas que compartilham os mesmos eventos políticos em seu período formativo absorvem características que afetam em suas atitudes e comportamentos ao longo da vida, compondo coortes políticas (FUKS *et al.*, 2018; MANNHEIM, 1982; DEL PORTO, 2012).

Nesse sentido, é objetivo deste trabalho discutir o surgimento do interesse político nos indivíduos como resultado de experiências em seu período formativo. As perguntas que essa pesquisa busca responder são as seguintes: há efeito de coorte no interesse político dos brasileiros? Mais especificamente, gerações que passaram seus anos de socialização em momentos político-históricos do país de grande mobilização política e alto teor de debate na opinião pública sobre assuntos relacionados ao campo político se interessam mais do que gerações que não vivenciaram esses aspectos em seus anos formativos? Diferentes regimes políticos são capazes de formar gerações com diferentes níveis de interesse político? Gerações socializadas no regime democrático são mais interessadas por política do que as gerações que

foram socializadas em um regime autoritário ou mesmo em um regime menos democrático, como a república liberal?

O argumento defendido é o de que pessoas que crescem em um ambiente democrático têm mais liberdade de conversar sobre assunto políticos, de ter mais acesso a informações relevantes sobre o assunto e de exercer direitos políticos relevantes, enquanto pessoas que foram socializadas em regimes de menores direitos políticos e cidadãos têm menor espaço para desenvolver essa motivação, inclusive associando sentimentos negativos, como o medo, ao universo político. Logo, a hipótese 1 é:

H1 – Pessoas que foram socializadas no regime democrático são mais interessadas em política do que pessoas que passaram a maior parte de seus anos formativos na Ditadura e na República Liberal Democrática.

Dentro desses períodos, podemos fazer alguns recortes a partir de eventos políticos, considerando serem capazes de formar gerações políticas específicas. Por exemplo, considerando o regime ditatorial no país, argumenta-se que momentos de maior repressão do regime, em que se propagava na população o sentimento de medo em relação aos objetos políticos, podem fazer com que os indivíduos socializados nessa geração tenham menos interesse por política. Ao passo que indivíduos socializados no período que se iniciam os movimentos de abertura do regime até a redemocratização colham menos esse impacto negativo.

Em alguns momentos da histórica política a opinião pública debate mais sobre política, como em momentos de manifestações políticas. Por exemplo, na mobilização social dos “Caras pintadas”, em que segmentos da população brasileira, especialmente jovens, se juntaram para pedir o *impeachment* do presidente Fernando Collor e alcançaram esse objetivo, há uma associação positiva no imaginário social de que alguns aspectos do meio político podem ser relevantes e que a mobilização social pode trazer consequências positivas, aumentando o sentimento de eficácia política e gerando sentimentos positivos na população, favorecendo surgimento do interesse por política. Esses aspectos terão maior influência nos indivíduos que estão vivenciando seus anos formativos no momento em que o evento político acontece.

Por outro lado, escândalos de corrupção, como os expostos na operação “Lava Jato”, geram na população um sentimento negativo em relação à política, favorecendo uma certa

repulsa e consequente apatia em parte da população. As coortes socializadas em momentos assim têm maiores chances de terem menos interesse na política.

Considerando os pontos levantados, defende-se que momentos de maior saliência de assuntos políticos na opinião pública formam coortes/gerações políticas, e que isso é capaz de influenciar no interesse político dos indivíduos (podendo ter impactos de coorte positivos ou negativos). Nesse sentido, a segunda hipótese deste trabalho é:

H2 – Coortes socializadas em momentos de maior saliência política, que incentivam sentimentos positivos em relação à política na população, são mais interessadas politicamente do que coortes socializadas em momentos em que são mais salientes os sentimentos negativos em relação aos objetos políticos.

Tendo apresentado o debate teórico relacionado ao tema deste trabalho e as hipóteses em que ele se orienta, passemos às estratégias metodológicas adotadas.

3 METODOLOGIA

3.1 Modelos APC e as estratégias de superação do problema de identificação

Como citado anteriormente, apesar do reconhecido efeito de geração em variáveis de interesse, os estudos sobre a composição de gerações políticas ainda apresentam muitos espaços para investigação. Há razões para isso, sendo uma das principais o desafio metodológico que se impõem por questões de pesquisas que envolvem a rotatividade geracional (NEUNDORF; NIEMI, 2014).

A aplicação de modelos de idade-período-coorte (APC - sigla em inglês para *age-period-cohorte*) tem sido objeto de intenso debate entre aqueles que se propõem a investigar qualquer um dos efeitos relacionado ao tempo em algum objeto de estudo. Tendo seus trabalhos seminiais nas áreas de epidemiologia e medicina, na década de 1930, e, posteriormente, também nas áreas de sociologia e demografia, nas décadas de 1950 e 1960, esse tipo de análise, normalmente, visa determinar a contribuição única desses diferentes processos para algum resultado particular. Isto é, o modelo serve para identificar mudanças sociais, culturais e políticas em um determinado fenômeno, identificando as contribuições separadas de cada uma das três variáveis (FOSSE; WINSHIP, 2019; GLEEN, 2005). Proposições de trabalhos que considerem esses efeitos são fundamentais para a compreensão da sociedade. Se acreditamos que as coisas mudam ao longo do tempo, modelos APC devem ser considerados.

Como indicado, quando pesquisadores falam sobre “efeito de idade, período e coorte”, no geral, estão se referindo a um conjunto de processos causais subjacentes que estão ligados a essas três variáveis. Por si só, elas não são explicativas, isto é, em essência, não é exatamente o tempo real que gera efeitos em determinados aspectos, mas os fenômenos imbricados na passagem desse tempo que afetam a variável analisada (BELL, 2020; FOSSE; WINSHIP, 2019).

Os efeitos da idade representam o fato de que à medida que os indivíduos envelhecem, mudanças físicas, biológicas, socioeconômicas, de valores acontecem (BELL, 2020). Seus efeitos representam mudanças ao longo do ciclo de vida, que evocam mudanças fisiológicas, acúmulo de experiência social e / ou mudanças de papel ou status. Geralmente, esses efeitos são representados apenas pela idade dos indivíduos, apesar de representarem a situação do sujeito em seu ciclo de vida (NEUNDORF; NIEMI, 2014).

Já os efeitos de período dizem respeito ao efeito do tempo contemporâneo, isto é, do ano em que o indivíduo está respondendo à pesquisa. Atitudes ou comportamentos observados podem ser pensados como resultado da atual situação política, social, econômica ou de qualquer

evento de magnitude relevante. A ideia é que determinados eventos de grande impacto (*i.e.*, escândalos de corrupção, manifestações políticas de grande impacto etc.) em dado momento ou ano específico são compartilhados por todos as pessoas que estão sob esse contexto e afetam a todos, a todas as faixas etárias simultaneamente (Idem, 2014).

Finalmente, os efeitos de coorte estão relacionados à geração da qual uma pessoa faz parte. Ser membro de uma geração implica compartilhar normas sociais específicas desde a infância, originando resultados particulares (BELL, 2020). Advoga-se que mudanças em grupos de indivíduos que vivenciam um evento inicial no mesmo ano ou anos (nascimento ou casamento, por exemplo), que compartilharam o mesmo ambiente de crescimento e desenvolvimento, agregam características que os distinguem de outros grupos. A teoria da mudança geracional, então, implica que mudanças na sociedade acontecem à medida em que novos grupos/coortes, com características diferentes, resultantes de ambientes e processos formativos diferentes, substituem grupos antigos (FOSSE; WINSHIP, 2019; GLENN, 2005; LAND, 2008; YANG; LAND, 2016).

A essência da análise APC é, portanto, a identificação e quantificação de diferentes fontes de variação em um resultado de interesse que estão associados à passagem do tempo, seja pelo envelhecimento social, pelo contexto histórico e/ou pertencimento geracional.

Dada sua importância destacada, embora a utilização do modelo seja necessária para responder importantes perguntas de pesquisa, há um problema que assola a todos que desejam aplicá-lo: o problema de identificação. O problema de identificação na análise APC está relacionado ao fato de que três componentes, isto é, idade período e coorte, estão matematicamente relacionados, apresentando uma linearidade exata, de forma que o conhecimento de dois dos fatores leva ao conhecimento do terceiro. Por exemplo, se você sabe o ano de nascimento de uma pessoa e tem a informação do ano em que isso foi perguntado, é possível saber sua idade ($\text{idade} = \text{período} - \text{coorte}$). Nesse sentido, se quiséssemos estimar uma regressão com todos os três efeitos ($y = \beta_0 + \beta_A \text{Idade} + \beta_P \text{Período} + \beta_C \text{Coorte} + \text{resíduo}$), não seria possível estimar todos parâmetros (β_A , β_P e β_C) por causa da colinearidade exata entre as três variáveis (BELL, 2020; KUPPER *et. al.*, 1985). Por esse motivo, regressões lineares simples, amplamente empregados em estudos sociais, não devem ser aplicadas, pois não são capazes de resolver esse problema.

Considerando isso, diversos pesquisadores têm se empenhado ao longo do tempo para superar o problema de identificação, desenvolvendo diversas metodologias de pesquisa para que a análise possa ser empregada e consigamos mensurar os efeitos de cada uma das variáveis, resultando em intenso debate em torno da literatura especializada.

Uma metodologia proposta para superar o problema de identificação e amplamente utilizada é a HAPC, sigla em inglês para *Hierarchical Age-Period-Cohort Model* (modelo hierárquico de idade-período-coorte). O modelo se resume à aplicação de modelos multiníveis a dados de pesquisa repetidos, em que as variáveis APC são separadas entre esses níveis, quebrando com o problema da linearidade já que seus efeitos não serão considerados lineares e aditivos no mesmo nível de análise, como acontece em modelos MQO, permitindo capturar os três efeitos de forma mais eficiente (YANG; LAND, 2016). Dessa forma, a variável de idade fica no primeiro nível da análise e as variáveis de período e coorte ficam no segundo nível, para que possa ser verificado se há algum efeito de agrupamento nas respostas da pesquisa.

O modelo HAPC tem sido bastante utilizado em pesquisas que aplicam a análise APC. No entanto, há uma crítica quanto à suposição que o modelo apresenta. A (forte) suposição, que está implícita no modelo, é de que o efeito de coorte é igual a zero, ou seja, que não há efeito de coorte. Nesse caso, os resultados produzidos provavelmente só estarão corretos se a suposição estiver correta, isto é, se, de fato, não houver efeito de coorte. O ponto é que essa restrição está implícita no modelo, o que, para alguns autores resulta em confusão e, muitas vezes, seu uso indevido por metodologistas e pesquisadores (FOSSE; WINSHIP, 2019; BELL, 2020). Em resumo, não é possível usar o modelo HAPC sem supor que, pelo menos, um dos fatores idade-período-coorte tem efeito igual a zero (BELL; JONES, 2018).

Mas a crítica mais forte a esse modelo, assim como a outros propostos, é a alegação de que eles fornecem uma solução mecânica para o problema de identificação, que não depende de suposições teóricas. “Mecânica”, neste caso, se refere ao fato de que as coortes são definidas não com base em pressuposições teóricas, mas em agrupamentos muitas vezes arbitrários. Por exemplo, em trabalho de divulgação do método, Yang e Land definem as coorte utilizadas no trabalho como o agrupamento de indivíduos que nasceram em intervalos de 5 anos, considerando todos os anos de nascimentos presentes nos dados, enquanto idade e período são agrupados em anos únicos. Não que este agrupamento em si seja errado, mas considerar apenas questões matemáticas é que é o problema.

Embora as críticas apontadas não invalidem o uso da sofisticada ferramenta desenvolvida para superar o problema de identificação, ela deve ser aplicada com cautela. Ela pode ser muito útil em estudos exploratórios, que buscam a presença de algum padrão. Mas nem sempre é interessante dissociar efeitos de coortes de proposições teóricas apontadas pela literatura do tema da pesquisa. O que uma parte da literatura argumenta é que não há uma solução para o problema de identificação que não exija um forte grau de conhecimento teórico sobre, pelo menos um dos efeitos APC (BELL, 2020; BELL; JONES, 2019; FOSSE; WINSHIP, 2019)

Ou seja, além de matemática, a relação é também conceitual. Nesse sentido, qualquer tentativa de resolver esse problema que utilize apenas uma abordagem matemática está ignorando este aspecto fundamental, gerando resultados com alto potencial para destoar da realidade da sociedade e das pessoas que estão sendo estudadas (BELL, 2020).

Uma outra proposta para o problema de identificação diz respeito ao uso de Modelos Aditivos Generalizados, ou “GAMs” (sigla em inglês para *Generalized Addictive Model*). Os GAMs são uma ferramenta para identificar não linearidades. A técnica permite modelar os termos não parametricamente usando um suavizador de gráfico de dispersão e, assim, deixar os dados sugerirem as não linearidades, permitindo a quem a utiliza reduzir o fardo de procurar a transformação correta para cada variável. Seu resultado, de natureza gráfica, tende a complementar modelos de regressão linear e ou logística (CHAMBERS; HASTIE, 1992). Obviamente, não é a intenção aqui esgotar a definição dos modelos GAMs, mas apenas de oferecer uma introdução ao leitor⁵. Tendo isso em vista, o uso dos GAMs nos permitem traçar o efeito de coorte suavizado identificado, fornecendo testes empíricos robustos para a categorização de coorte aplicada no estudo.

Um outro desenho metodológico indicado inclui a consideração de não linearidades em torno dos efeitos naturalmente lineares do APC e a declaração de pressupostos teóricos fortes e explícitos. A ideia é unir método com suposições baseadas em teoria. Isto é, qualquer tentativa de entender os efeitos sempre dependerá de *insights* teóricos que são independentes dos dados que estão sendo analisados (BELL, 2020).

Essa estratégia, portanto, propõe tratar uma das variáveis APC como categóricas, em vez de contínua. Considerando que o problema de identificação se aplica apenas a efeitos

⁵ Para uma leitura metodológica completa, ver Chambers e Hastie, 1992.

lineares, as variáveis podem ser manipuladas para que não mais estimem efeitos lineares dependentes exatos. Por exemplo, agrupar coortes com base em agrupamentos (como *Baby Boomers*, Geração X, *Millennials* etc., muito utilizado em estudos geracionais), considerando que os indivíduos nascidos dentro desses agrupamentos compartilham características importantes (BELL, 2020).

Apontou-se, até aqui, alguns dos direcionamentos apontados pela literatura para lidar com o problema de identificação. Mas a parte essencial a ser tirada do que foi discutido é que é o significado substantivo atribuído a um dos três efeitos APC dentro da pesquisa que indica a chave para determinar quais suposições são as mais apropriadas e úteis (GRASSO, 2014), e isso deve orientar sobre qual modelagem utilizar.

Sendo o modelo HAPC um modelo que privilegia efeitos de período (BELL, 2020) e minhas perguntas de pesquisa estão orientadas para efeitos de coorte, ele não será aqui utilizado. Apesar de ser uma ferramenta de fortalecimento para resultados oriundos de regressões, a análise baseada em modelagem de GAM não é aqui utilizada por questões de tempo. Como ela representa um nível a mais de análise (GRASSO, 2014; GRASSO *et al.*, 2019), e considerando o tempo para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela não utilização.

Neste trabalho, lanço mão da estratégia de quebra de linearidade de uma das avariáveis APC. Utiliza-se da regressão logística comum, utilizando a variável de coorte como categórica. Adotar a suposição de agrupar as coorte “quebra” o efeito de linearidade da relação idade-período-coorte, pois pressupõe o uso de uma forma de modelo diferente da estrutura básica dos dados, possibilitando estimar os três efeitos (GRASSO, 2014; GRASSO *et al.*, 2019). Essa estratégia nos possibilitará ver se as diferenças entre cada coorte incluída no modelo e a categoria de referência são significativas, respondendo às perguntas deste trabalho.

Apesar de ser uma estratégia reconhecidamente válida, é importante se atentar para suas limitações. Sempre haverá um problema na fronteira sobre onde delinear as gerações dentro do *continuum* dos anos de nascimentos, pois algumas suposições tomadas pelo pesquisador podem não ser verdadeira no mundo real. Em outras palavras, sempre se corre o risco de não se ter feito as melhores escolhas, de o corte feito não representar o mundo real ou de que sejam encontrados resultados oriundos de viés do corte estabelecido (GRASSO, 2014; GRASSO *et al.*, 2019). No entanto, esse é um risco que todo (a) pesquisador (a) corre, não impedindo a execução.

Tendo introduzido o problema metodológico imbricado nas pesquisas que tomam efeitos de idade, período e coorte, algumas das principais estratégias em voga na literatura especializada, e abordagem de pesquisa aqui utilizada, a seguir, serão apresentadas as fontes de dados utilizadas na pesquisa e as variáveis postas nos modelos executados.

3.2 Banco de dados e variáveis empregadas

Os dados utilizados nessa pesquisa são provenientes de pesquisas transversais repetidas, cobrindo um período de tempo relativamente longo, que fornecem informações em nível individual sobre atitudes e comportamentos políticos, valores, e características sociodemográficas dos entrevistados. São utilizados dados da pesquisa Latinobarômetro⁶, com 13 ondas de pesquisa, cobrindo o período de 1995 a 2012, e dados do *Latin American Public Opinion Project (Lapop)*⁷, mais precisamente da pesquisa *AmericasBarometer*, com três ondas de pesquisa os anos de 2014 e 2018. Dessa forma, a pesquisa faz suas análises considerando o período de 1995 a 2018 (totalizando 16 ondas de pesquisa) de uma forma que esses dados fossem juntados em um único banco. No final, restou um banco com 19.209 observações para fazermos os testes. Cobrir essa quantidade de tempo nos permite acompanhar os indivíduos da mesma coorte em diferentes períodos de tempo e em diferentes estágios ao longo da vida, o que é uma condição crucial para estimar efeitos de coorte isolados de efeitos de idade e período (GRASSO, 2014).

O motivo de se utilizar as duas bases é porque o Latinobarômetro, apesar de ter pesquisas cobrindo as mesmas quantidades de anos aqui propostas, em alguns dos anos pesquisados tem uma lacuna quanto à principal variável deste estudo, o “interesse político”. A pergunta clássica não está disponível para os anos 2002, 2006, 2008, 2011, 2015, 2016, 2017 e 2018 do Latinobarômetro, fazendo com que elas fossem retiradas das análises. No entanto, para aumentar o número de períodos da análise, e considerando que eventos políticos importantes (*i.e.*, movimentos de 2013 e *impeachment* da Presidenta Dilma) aconteceram no país, especialmente a partir do ano de 2013, decidimos acrescentar às análises os dados do Lapop,

⁶ Latinobarômetro é um estudo de opinião pública que aplica, anualmente, entrevistas em 18 países da América Latina. Para mais informações, ver: < <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>>.

⁷ Lapop é também uma empresa que realiza pesquisas de opinião pública. A pesquisa que utilizamos neste trabalho, o *AmericasBarometer* é feita em países da América Latina e Caribe. Para mais informações: < <https://www.vanderbilt.edu/lapop/>>.

especificamente as ondas de pesquisa de 2014, 2016 e 2019, que são as disponíveis para esse período.

Os dados transversais coletados repetidamente são adequados para análises APC porque eles formam uma matriz retangular de observações de idade por período (ano de aplicação), em que as colunas correspondem a observações específicas por idade do indivíduo em cada ano e as linhas são observações de cada idade ao longo dos anos, isto é, períodos formam as colunas e idades formam as linhas. A ligação das linhas e colunas, ou seja, as células diagonais da matriz, são as informações pertencentes às pessoas nascidas durante os mesmos anos e que envelheceram juntas, que dão origem às coortes (YANG; LAND, 2016). Para um melhor entendimento, a tabela é uma representação dessas distribuições.

Tabela 1: Representação de Coorte

		PERÍODO/ANO					
IDADE	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
0	x						
1		x					
2	x		x				
3		x		x			
4			x		x		
5				x		x	
6					x		x

Acompanhe as duas linhas diagonais marcadas com “x”. O indivíduo que nasceu no ano 2000, em 2001 tinha um ano, em 2002 tinha 2 anos e assim sucessivamente. Todos os indivíduos que nasceram no 2000 compõem uma corte de nascimento. A ideia aqui é que, em teoria, cada

coorte de idade, que compartilha um contexto histórico e social comum no período crítico de socialização, pode ser acompanhada ao longo dos anos.

Importante salientar que estou atenta ao fato de que o ideal para mensurar efeitos de coorte seria o acompanhamento contínuo dos mesmos indivíduos ao longo dos anos, pois isso nos permitiria acompanhar e captar mudanças ao longo de suas vidas. Embora apenas um desenho de estudo de painel longitudinal forneça dados de coortes de nascimentos verdadeiras, em que os mesmos indivíduos são seguidos ao longo do tempo, desenhos baseados em pesquisas repetidas de amostras representativas permitem uma análise demográfica usando a abordagem de coorte que traça essencialmente os mesmos grupos de pessoas, das mesmas coortes de nascimento, ao longo de uma quantidade de anos consideráveis (YANG; LAND; 2016). Como o acesso a dados de painel, que nos permitissem testar as hipóteses aqui propostas é limitado no país, o uso de dados de pesquisas transversais é bastante útil.

Apresentadas as bases de dados utilizados na pesquisa, passemos para as variáveis utilizadas nos modelos, começando pela variável dependente: interesse político. Ela será mensurada através de uma pergunta de auto localização que mede o interesse político subjetivo do indivíduo, sendo essa a forma mais comum de mensurar o interesse (VAN DETH, 1990). Embora uma categoria composta por mais de uma variável seja desejável (PRIOR, 2018; SHANI, 2012; VAN DETH, 1990), a utilização da medida única de interesse subjetivo não deixa de ser válida (PRIOR, 2018), especialmente se considerarmos que, em muitos casos, como no caso de alguns anos dos dados utilizados nesta pesquisa, essa é a única medida disponível. A pergunta feita na Latinobarômetro é: “Quão interessado você está na política?” As opções de resposta são “muito interessado”, “algo interessado”, “pouco interessado” e “nada interessado”. A pergunta feita no Lapop é “O quanto o/a sr./sra. se interessa por política: muito, algo, pouco ou nada?” As opções de resposta também são “muito interessado”, “algo interessado”, “pouco interessado” e “nada interessado”. Optou-se por transformar as quatro opções de resposta em duas, tornando a variável binária. Assim, as pessoas que disseram ser muito interessadas foram agrupadas na categoria “interessado” e todos os outros em “não interessado”.

Essa escolha se deve ao entendimento de que essa opção de resposta é menos variável e menos suscetível às influências do contexto. Como não temos outras formas melhores de mensurar o interesse político que captaria melhor as nuances dessa motivação, muito interesse político seria o mais próximo de um interesse disposicional. Relembrando, o interesse

disposicional é interesse disposicional diz respeito a uma motivação com disposição latente, que pode ser ativado em determinada situação, mas que não depende dela para existir (HIDI, S.; RENNINGER, K.; KRAPP, 2004). Além disso, entendo que para aqueles que se dizem “algo” interessados, há uma maior probabilidade de influência do contexto, sendo um interesse momentâneo, e que não, necessariamente, perdurará ao longo do tempo. Isto é, além da tentativa de estabelecer uma *proxy* para o interesse disposicional, essa escolha aumenta também as chances de isolar efeitos exagerados do período na motivação.

Em estudos que utilizam a variável interesse político (como dependente ou independente), é mais comum ser utilizado “algo/um pouco interessado” junto a “muito interessado”, formando o conjunto de pessoas interessadas a serem analisadas na pesquisa. Essa escolha, acredito, é muito influenciada pelo número de respostas. Como, geralmente, o número de pessoas que se dizem muito interessadas é pequeno, juntar as duas opções de resposta aumenta o N, auxiliando na execução das análises estatística. De fato, a quantidade de muito interessados é pequena em proporção às outras opções de respostas, mas como aqui são juntados vários anos de pesquisa, resulta em uma quantidade que não afeta as análises.

Considerando que as hipóteses deste trabalho estão voltadas para efeitos geracionais, a variável independente principal é a de coorte. A base para a classificação das coortes é o ano de nascimento dos entrevistados. Tomando os anos de nascimentos, fazemos os recortes a partir de nossas hipóteses. Serão considerados membros de uma coorte os indivíduos que tinham entre 16 e 20 anos no período em que os eventos políticos relevantes aconteceram no país. Pessoas que vivenciaram mais de um evento, isto é, que estão na fronteira entre os dois recortes serão colocados como integrantes da coorte em que passou mais tempo, ou seja, 3 anos dos 5 entre 16 e 20 anos. Essa forma de categorizar geração tem a vantagem de enfatizar o período histórico da socialização de uma geração. Os anos de nascimentos das gerações políticas são, então, derivados dessas informações.

Em resumo, a variável de anos de nascimento, inicialmente contínua no banco de dados, é transformada em uma variável categórica de coorte, permitindo “quebrar” a linearidade da relação idade-período-coorte. Ao fazer esse agrupamento, estamos dizendo que as pessoas que nasceram dentro de determinado período são definidas para terem o efeito do coorte igual (GRASSO, 2014).

Neste trabalho, tomamos duas configurações de gerações, todas baseadas em eventos da história política nacional. Portanto, são gerações políticas. O primeiro grupo de coortes estão relacionadas a regimes políticos do país, capturados pelos *surveys*. Assim, as coortes são:

1 – *Regime Político*

República Liberal-Democrática (1946-1963): pessoas que nasceram entre 1925 e 1945;

Ditadura (1964-1985): pessoas que nasceram entre 1946 e 1967;

Democracia (1986-adiante): pessoas que nasceram a partir de 1968 em diante.

A primeira refere-se da primeira experiência democrática no país. Em 1946 uma nova constituição é promulgada, sob forte influência da democracia-liberal desenvolvida ao final da Segunda Guerra Mundial, e com isso coexistia no país uma mescla de alguns direitos sociais defendidos pela democracia liberal com a ausência de outros e presença de fatores autoritários, pois foram mantidas algumas características do regime anterior. Por exemplo, partidos políticos programáticos, identificados com o eleitorado, surgiram e se fortaleceram... ao passo se alcançava a ampliação do voto no país, analfabetos não tinham direito de votar (esse aumento era oriundo da ampliação do sistema educacional) (FERREIRA, 2013).

Apesar da literatura indicar o período desse regime como sendo de 1946 até 1964, optou-se por considerar aqui apenas até 1963, por entender que o ano de 1964 é mais relevante para o período ditatorial, pois marca a ruptura com o regime em vigor e implantação de um novo. Inclusive, este é o segundo marco elencado aqui. O período de regime militar no Brasil, que vai de 1964 até 1985. Entende-se que esse período é importante para a formação de uma coorte distinta pelo teor repressivo na política nacional.

Por fim, a última coorte compreende pessoas que foram socializadas no período democrático recente, isto é, de 1986, primeiro ano após o fim da ditadura militar. Ao trazer novos arranjos políticos ao país, mais liberdades e direitos aos cidadãos, esse período pode ser também entendido como formador de uma coorte distinta.

O segundo grupo de coortes pode ser compreendido como um refinamento das coortes anteriores. Como esses regimes compreendem uma quantidade de anos consideráveis, abre-se margem para diferentes eventos dentro deles, sendo eles capazes de formar coortes políticas distintas. Nesse sentido, as coortes selecionadas são:

2 – *Eventos Políticos*

República Liberal-Democrática (1945-1963): pessoas que nasceram de 1945 para trás;

Ditadura forte (1964-1974): pessoas que nasceram de 1946 até 1956;

Redemocratização (1975-1988): pessoas que nasceram de 1957 até 1970;

Collor (1989-1993): pessoas que nasceram de 1971 até 1975;

PSDB (1994-2002): 1976 até 1984;

PT (2003-2012): pessoas que nasceram de 1985 até 1994;

Mobilizações pós-2013: (2013-2016): pessoas que nasceram de 1995 em diante.

A categoria referente ao regime liberal democrático permanece conter menor percentual de membros. A coorte ditadura forte representa os indivíduos socializados no período de maior repressão dentro da ditadura militar. A primeira é entendida como um primeiro ciclo do regime, contendo um teor mais repressivo, com os conhecidos “anos de chumbo” do regime, e a promulgação dos diversos Atos Institucionais (AI), dentre eles o AI-5, que fechou o Congresso por tempo indeterminado, cassou mandados de prefeitos e vereadores, proibiu a realização de reuniões, entre outras coisas. Esse período vai do ano de 1964, ano do golpe militar, e vai até 1974, quando se inicia o governo de Ernesto Geisel.

A categoria de coorte “Redemocratização” tem início em 1975, no primeiro ano do governo Geisel e início de mandatos de parlamentares, após fechamento do congresso⁸. A partir desse tempo deu-se no país um movimento de transição para o processo democrático. Nesse momento da história, extingue-se o AI-5, novos parlamentares são eleitos, sendo grande parte opositora ao governo militar, uma crise econômica se agrava e gera diversas greves pelo país e as forças armadas vão perdendo força (DINIZ, 2016). Pare este trabalho, se entende que esse ciclo se encerra no ano de 1988, último ano formal do regime militar.

Os demais ciclos fazem parte da democracia recente. O primeiro deles inicia, 1989, o ano seguinte à promulgação da Constituição Cidadã de 1988 e em que Fernando Collor de Mello é eleito presidente na primeira eleição presidencial direta desde 1960. Esse período

⁸ Mais informações podem ser obtidas em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>>.

engloba seus anos de governo, os movimentos sociais de grande relevância no país, como os “Caras pintadas”, o impeachment, indo até 1983, último ano do seu sucessor direto, vice-presidente, Itamar Franco.

A coorte PSDB, como o nome já indica, contempla desde a eleição de 1994, que é importante se considerarmos o ciclo político anterior que culminou em um *impeachment* do governo anteriormente eleito, a eleição de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), indo até o último ano do seu segundo mandato, em 2002.

A coorte PT engloba o primeiro ano do governo de petista Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e seus dois mandatos, indo até o ano de 2012, no segundo mandato do governo de Dilma Rousseff. Esse recorte se dá pelo fato de que no ano seguinte, em 2013, o cenário político nacional ganha novos e impactantes contornos. Entende-se que esses governos, de partidos diferentes, representam simbologias diferentes no cenário político do país.

Finalmente, última categoria, chamada aqui de “Mobilizações pós-2013, tem início no ano de 2013, o ano em que se instauraram no país intensas mobilizações sociais, com as mais diversas demandas, passando por 2015, como foco na oposição aos Partidos dos Trabalhadores e o Governo Dilma, indo até o ano de 2016, com o início da operação Lava-Jato, que denunciou diversos casos de corrupção política, e o impeachment de Dilma como acontecimentos mais relevantes no cenário político. O entendimento aqui é o de que todos esses fatores representam um período especial na história política recente, sendo capazes de formar uma geração política específica.

Pesquisas que abordem um dos efeitos APC precisam utilizar os outros dois efeitos para controle. Neste caso, mesmo que a pesquisa aborde hipóteses de pesquisas relativas à geração, é preciso considerar tanto idade quanto período, a fim de dar conta das influências potencialmente confusas dessas variáveis (GRASSO *et al.*, 2019). Além do mais, pesquisas já apontaram efeitos das duas variáveis no interesse político. Por este motivo, todas as três variáveis estão presentes na análise, onde idade e período controlam o efeito de coorte.

Dessa forma, a variável de idade será utilizada de três formas em nossos modelos. Ela será usada em sua forma natural, contínua, e em sua forma quadrática, considerando que a literatura aponta para os dois tipos de efeitos. Relembrando, uma parte da literatura nos diz que ao passo que as pessoas envelhecem elas começam a se interessar mais por política, pois deixam

de assumir papéis sociais antes relevantes e que tomavam sua atenção, e ganham tempo para se dedicarem ao assunto. No entanto, outra parte da literatura indica que esse afeito crescente da idade no interesse política vai apenas até um momento da idade adulta dos indivíduos, e que por volta, aproximadamente, dos 50 anos esse efeito tende a ser negativo, formando um efeito curvilíneo. Utiliza-se também essa variável a partir das categorias de faixa de idade E finalizando as variáveis APC, o período é estimado a partir de uma variável categórica referente aos anos em que as pesquisas foram realizadas e os dados foram coletados.

As outras variáveis abordadas neste trabalho são: sexo (feminino e masculino), escolaridade (anos de escolaridade) e uma *proxy* para situação econômica do indivíduo (baseada no índice de riqueza da pessoa). Importante explicar aqui que o Latinobarômetro não possui a questão que pergunta ao entrevistado sua renda familiar aproximada. Por esse motivo, utilizamos a posse de bens para construir um índice de riqueza, criado a partir dos bens e da qualidade do lar do entrevistado, que supriria a necessidade de um dado específico de Renda⁹, (como geladeira, casa própria etc.), e posteriormente criar uma variável que indicasse a classe econômica aproximada do indivíduo¹⁰. A técnica funciona através da Análise de Componentes Principais dos itens supracitados, levando em consideração apenas o primeiro Componente gerado pela análise (CÓRDOVA, 2009). Foram criados cinco grupos, baseados nos quintis, que representam estágios de riqueza, sendo o primeiro quintil o mais pobre e o último o mais rico. Seguindo indicação de (MÉNDEZ; WALTENBERG, 2015) os grupos foram divididos em 3 outros grupos a partir do agrupamento dos quintis, sendo 1 e 2 relacionados a pessoas pobres (classe D e E), 3 e 4 a algo como uma classe média (classe B e C) e 5 às pessoas mais ricas (classe A).

4 RESULTADOS: ANÁLISES DESCRITIVAS E MODELOS ESTATÍSTICOS

Relembrando, para os dados e análises apresentadas a partir daqui a variável de “interesse político” é representada pela opção de resposta “muito interesse” na pergunta. Isto é, considero interessados políticos apenas aqueles que se dizem muito interessados.

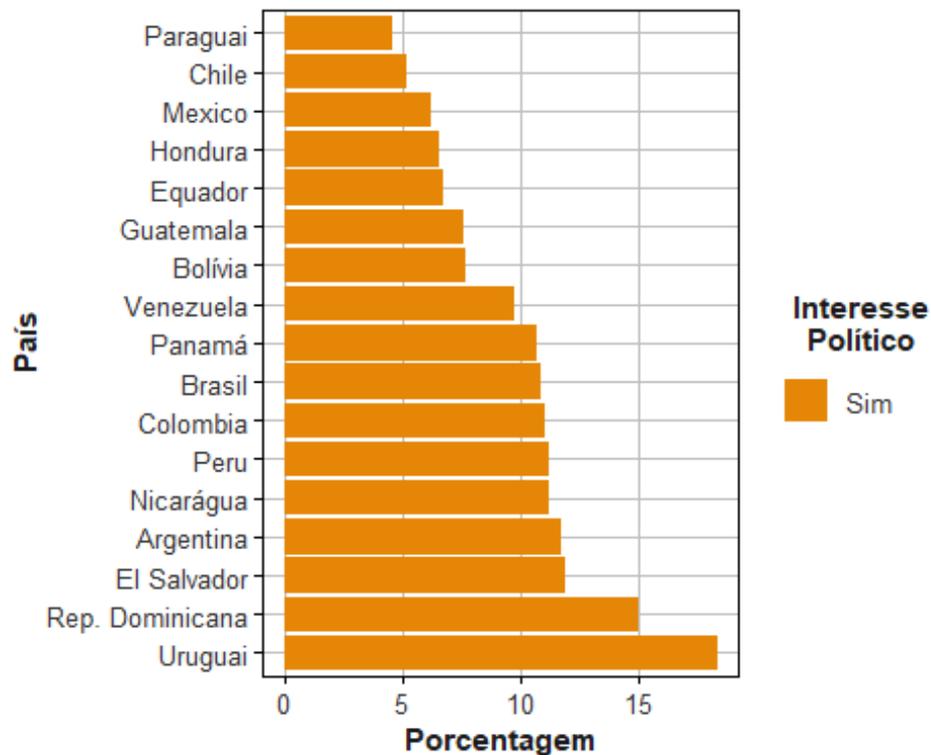
Em estudo feito sobre países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Peru), se comparou o nível de interesse político entre os países e constatou-se que o Brasil estava em

⁹ Para mais informações sobre esse procedimento, ver Filmer e Pritchett (2001).

¹⁰ Para detalhes das perguntas utilizadas, ver Anexo.

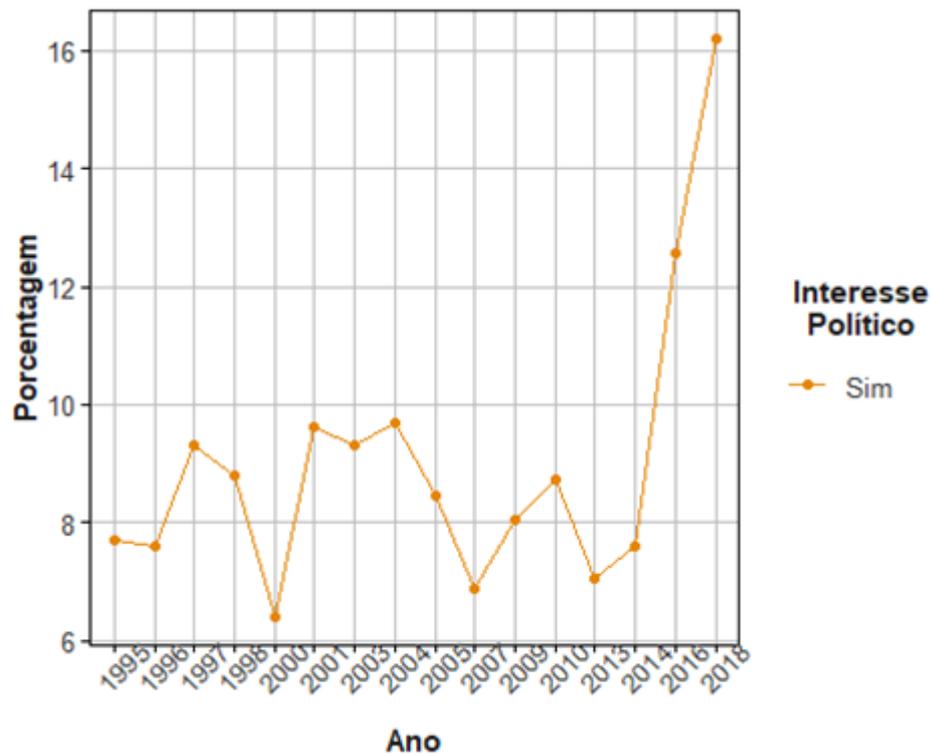
melhor posição quanto ao nível de interesse político em relação aos outros países, apesar do nível de interesse ser pequeno em ambos. Já em outro trabalho, o país aparece abaixo dos países latino-americanos (OKADO, 2013). Dessa forma, optou-se por entender em que lugar o Brasil está, atualmente, em relação ao nível de interesse por política dos seus concidadãos, em relação aos países latino americanos. Para isso, tomou-se os dados da Lapop 2018, considerando o nível daqueles que disseram ser muito interessados.

Figura 1: Interesse por Política - América Latina



Fonte: autora, a partir de dados do Lapop 2018.

Figura 2: Interesse por política ao longo dos anos



Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Pelo que vemos, o cenário político brasileiro no ano de 2018 não foi capaz apenas de aumentar o nível de polarização política entre os brasileiros (FUKS; MARQUES, 2020), mas também seu nível de interesse político, algo que precisamos ver se se confirma nos modelos estatísticos.

Quanto à variável independente central na pesquisa, as coortes, vamos à suas composições. Quando estratificamos as categorias com base no regime político, temos uma maioria dos respondentes sendo socializados na democracia, com 57,11% dos respondentes. Em segundo lugar vêm os socializados na ditadura, com aproximadamente 30,70% dos respondentes. E, por fim, aqueles socializados na república liberal, com aproximadamente 12,18% de respondentes. Apesar de ser uma porcentagem pequena, considerando o tamanho da nossa amostra, temos uma quantidade considerável de respondentes.

Tabela 2: Distribuição da Coorte de Regimes Políticos

Regimes	Frequência	%
Rep. Liberal	2340	12,18
Ditadura	5898	30,71
Democracia	10971	57,11
Total	19.209	100

Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Analisando a relação simples dessas coortes com o interesse político temos aqueles socializados no período da República liberal-democrática como os mais interessados, com 9,25% de interessados, seguido daqueles socializados na ditadura (9,08%) e em último os socializados no período democrático (8,84%). Apesar de não serem diferenças grandiosas, até mesmo porque todos os índices são baixos, e de se tratarem apenas de dados descritivos, eles contrastam com a hipótese levantada de que pessoas socializadas na democracia sejam mais interessadas em política, indo mais em direção aos resultados apresentados por Fuks *et. al.* (2018), em que pessoas socializadas no regime democrático foram menos democráticas do que os socializados em regimes mais restritivos.

Tabela 3: Interesse Político por Coorte (Regime)

Coortes	Porcentagem (%)	
	Não possui Interesse	Possui Interesse
Rep. Liberal	90,75	9,25
Ditadura	90,92	9,08
Democracia	91,16	8,84

Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Como apresentado anteriormente, decidimos utilizar uma outra configuração de coortes, baseada em momentos em que eventos políticos tiveram maior saliência na opinião pública, por entender que existem nuances nesses períodos que podem formar gerações mais ou menos interessadas nos assuntos políticos.

Recapitulando, temos duas coortes oriundas do período da ditadura. Além da coorte “Liberal-democrática”, temos a coorte “ditadura”, representando a implantação e um período

mais rígido do regime, a “redemocratização”, compreendendo uma fase em que movimentos de abertura do regime ia se colocando no meio político, até o seu fim, como salientado em seção anterior. Da mesma forma em: “Collor”, que compreende a eleição do presidente, os movimentos Diretas já até seu *impeachment* e retirada do governo até as próximas eleições presidenciais; em seguida temos a categoria “PSDB”, abrangendo desde o ano das eleições que elegeram Fernando Henrique Cardoso até o último ano do seu governo; temos ainda a categoria “PT”, que contém o primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva e vai até o ano de 2012; por fim, temos a categoria “mobilização”, que vai desde o ano de 2013, ano de intensas mobilização políticas pelos cidadãos, até último anos da amostra.

Sobre a composição das coortes, os maiores percentuais de respondentes foram socializados no período de redemocratização e no governo do PSDB, com 25,87% e 20,67%, respectivamente. A categoria com menor porcentagem é a de pessoas socializadas no que chama de período de mobilização, com 4,22% dos respondentes. Como são os anos mais recentes, ainda são poucas as pessoas que têm idade para participarem da pesquisa. As outras categorias ficam em um patamar próximo de percentual, entre 11% e 13%, aproximadamente.

Tabela 4: Distribuição da Coorte por Eventos Políticos

Eventos	Frequência	%
Rep. Liberal	2340	12,18
Ditadura	2517	13,10
Redemocratização	4969	25,87
Collor	2114	11,01
PSDB	3971	20,67
PT	2488	12,95
Mobilização pós-2013	810	4,22
Total	19.209	100

Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Considerando essa segunda variável e sua relação simples com o interesse político, agora são as pessoas que foram socializadas na ditadura (primeiros anos) as que apresentam

maior nível de interesse proporcional, com 9,47% de pessoas muito interessadas, apesar das diferenças serem pequenas, como podemos ver na tabela 6.

Tabela 5: Interesse Político por Coorte (Eventos)

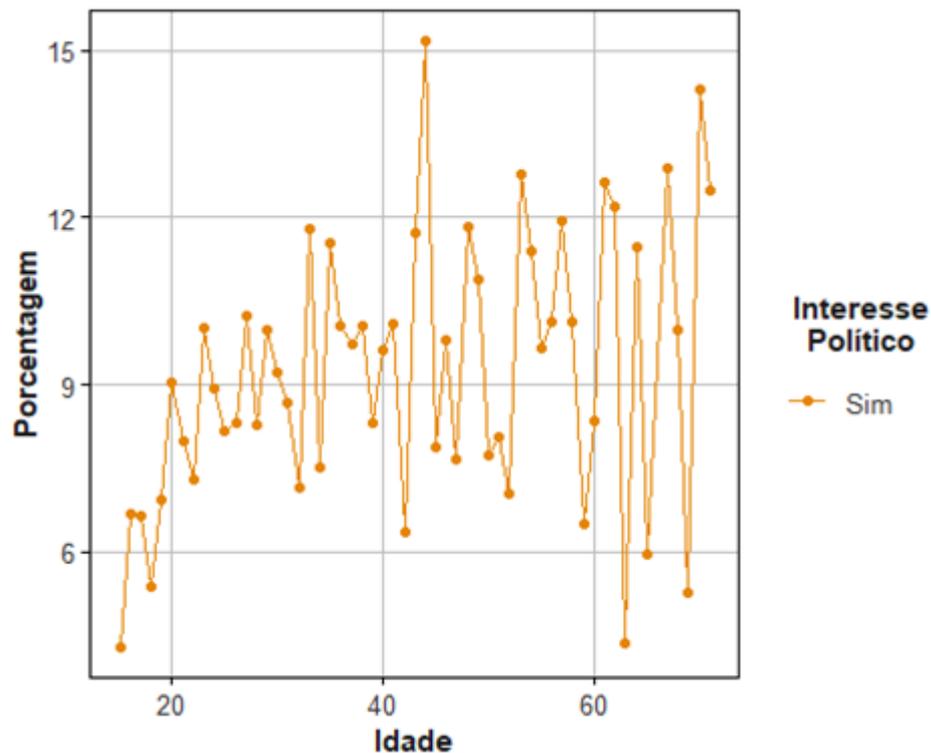
Coorte	Porcentagem (%)	
	Não possui Interesse	Possui Interesse
Rep. Liberal	90,75	9,25
Ditadura	90,53	9,47
Redemocratização	90,91	9,09
Collor	91,30	8,70
PSDB	91,18	8,82
PT	91,56	8,44
Mobilização pós-2013	91,22	8,78

Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Analisando a relação entre interesse idade, não é possível perceber algum padrão, tamanha é variação entre as idades (figura 3). Por esse motivo, optou-se para analisar a relação entre interesse político e as faixas de idade, cada faixa contendo um intervalo de 10 anos. Podemos observar, através da figura 4, que são as pessoas entre 35 e 44 anos de idade que mais apresentam interesse por política, seguidos das pessoas com idade entre 45 e 54 anos. Esses dados parecem indicar uma relação quadrática entre idade e interesse político, documentado em parte da literatura. Nesse caso, pessoas nos extremos de idade, isto é, os mais novos e os mais velhos ao longo de todos os anos da pesquisa, apresentam menor interesse do que indivíduos no meio da escala.

A explicação relacionada a esse padrão é que pessoas nessa idade estão em maior contato com o assunto e percebem maior influência da política no seu dia a dia. Por outro lado, pessoas mais jovens teriam menos estímulos para se interessar pelo assunto pois estariam mais preocupados com questões de inserção no mundo e decisões importantes que impactarão sua vida, como vestibular, universidade, emprego etc. Já os mais velhos, ao passo que o tempo vai

Figura 3: Interesse por Política e Idade

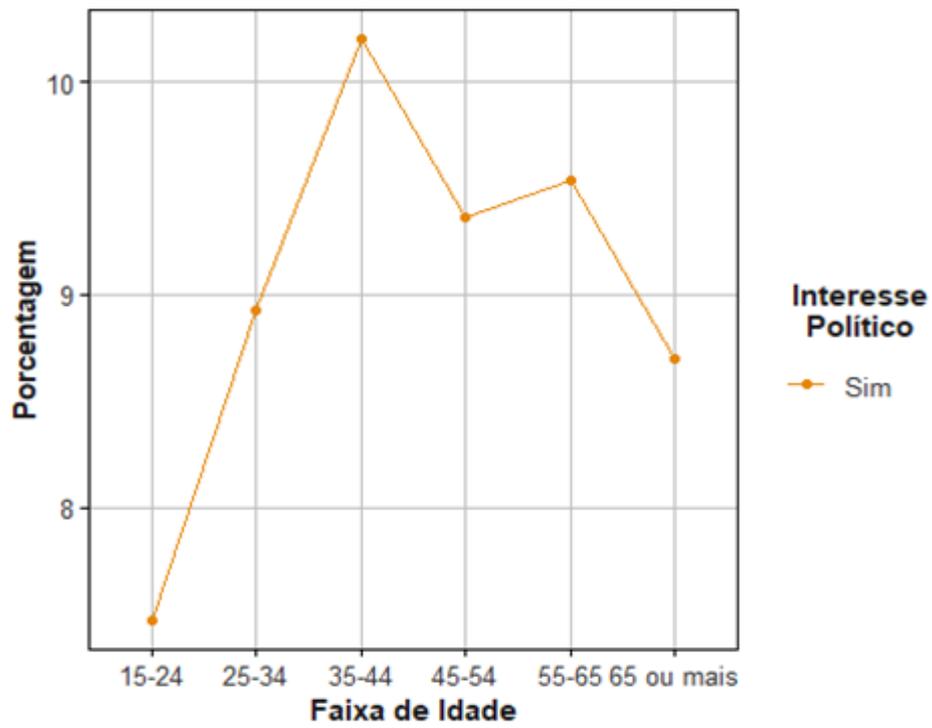


Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

passando, vão perdendo contato em suas relações sociais, e vão perdendo espaços e relevância social diante de um mundo que prioriza a jovialidade. Nesse sentido, seriam menos estimulados para acompanhar assuntos políticos. E embora as diferenças não sejam tão grandes, considerando que a porcentagem de pessoas muito interessadas é baixa em todas as faixas etárias, são diferenças que precisam ser apontadas.

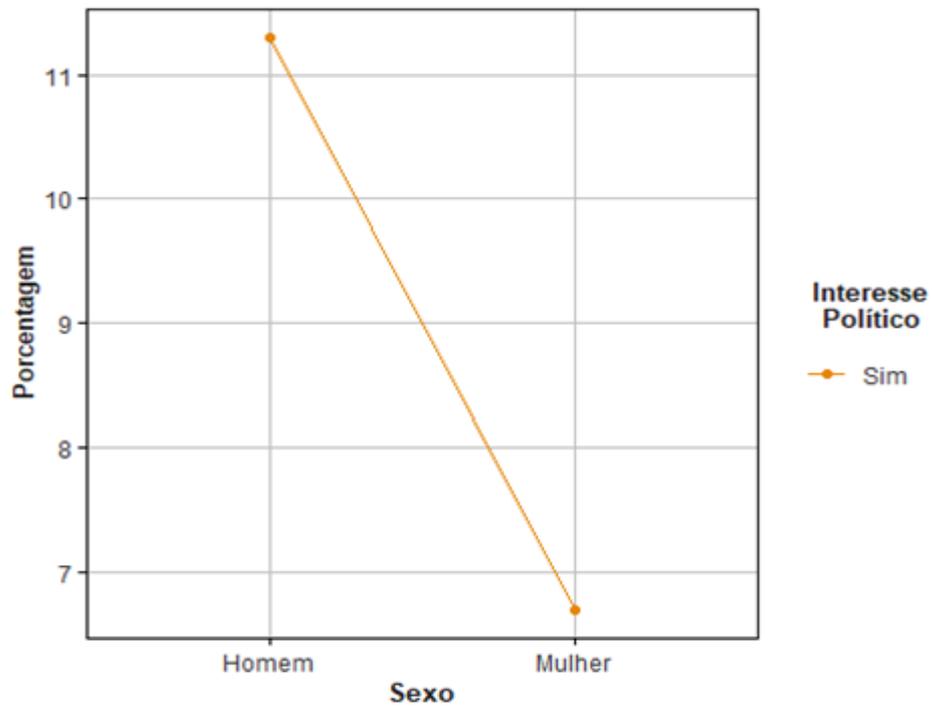
Como elucidado no capítulo anterior, por um modelo de socialização que exclui e afasta as mulheres desses ambientes e tópicos de assunto no seu dia a dia e favorece a preeminência dos homens, no Brasil não é diferente disso. Aqui, 11,30% dos homens se interessa muito por política, ao passo que entre as mulheres, são 6,69% delas que se interessam muito, como se pode observar na figura 5. Apesar de ambos apresentarem um baixo percentual, considerando que os níveis de interesse político no país são baixos, é preciso considerar a diferença, e ver se ela se mantém nos testes estatísticos.

Figura 4: Interesse por Política e Faixa de Idade



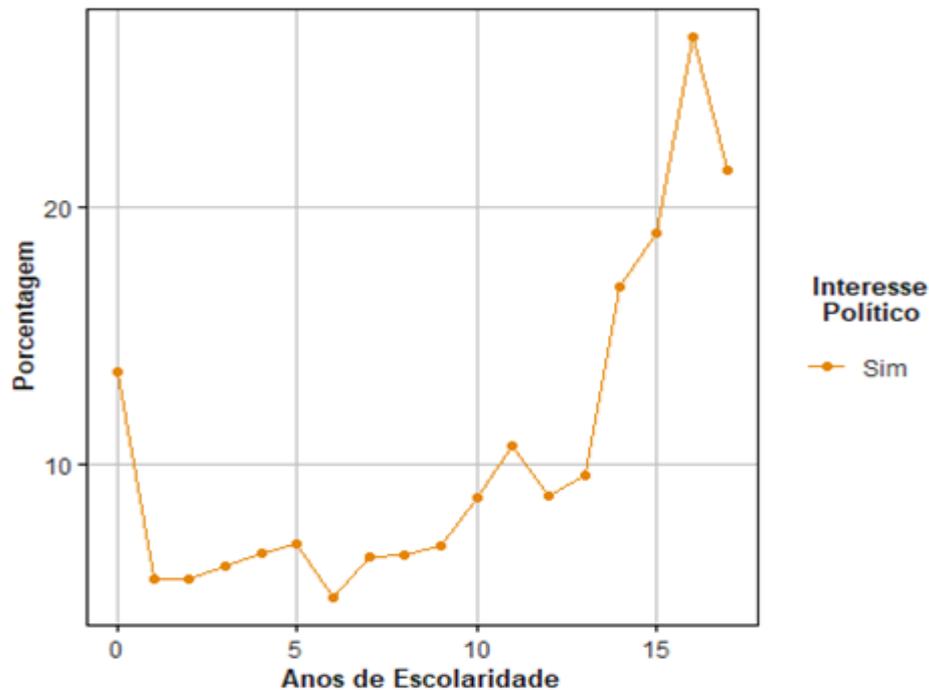
Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Figura 5: Interesse por Política e Sexo



Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Figura 6: Interesse por Política e Anos de Escolaridade



Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Observando os anos de escolaridade e sua relação com o interesse por política (figura 6), observa-se que algo interessante se apresenta. A partir do 13º ano de estudo o interesse político aumenta entre os brasileiros. Isso poderia representar um padrão de que quanto maior a escolaridade, maior o nível de interesse por política. Mas algo interessante se apresenta: pessoas com 0 anos de escolaridades apresentam mais interesse do que pessoas com escolaridade entre 1 e 13 anos de estudos. O efeito dessa variável no interesse político poderá ser melhor compreendido com as análises de regressão apresentadas no capítulo seguinte.

Traçamos uma variável de situação econômica para entendermos melhor a relação entre nível econômico e interesse político. Apesar de não ser uma relação não é tão bem determinada, alguns estudos apontam que essa motivação segue uma linha parecida com a participação, isto é, pessoas com uma renda maior se interessam mais, ao passo que pessoas mais pobres têm menos condições para se interessarem. Já outros estudos nos dizem que a renda não é determinante para o interesse político, sendo outras variáveis mais relevantes para o surgimento do interesse político (PRIOR, 2018).

Importante explicar aqui que o Latinobarômetro não possui a questão mais comumente utilizada para medir renda, que pergunta ao entrevistado sua renda familiar aproximada. Por esse motivo, criamos uma proxy para situação econômica do indivíduo (baseada no índice de riqueza da pessoa). Utilizamos a posse de bens para construir um índice de riqueza, criado a

partir dos bens e da qualidade do lar do entrevistado (como geladeira, casa própria etc.), que supriria a necessidade de um dado específico de Renda¹¹, e posteriormente criar uma variável que indicasse a classe econômica aproximada do indivíduo¹². A técnica funciona através da Análise de Componentes Principais dos itens supracitados, levando em consideração apenas o primeiro Componente gerado pela análise (CÓRDOVA, 2009). Foram criados cinco grupos, baseados nos quintis, que representam estágios de riqueza, sendo o primeiro quintil o mais pobre e o último o mais rico. Seguindo indicação de (MÉNDEZ; WALTENBERG, 2015) os indivíduos foram divididos em 3 outros grupos a partir do agrupamento dos quintis, sendo 1 e 2 relacionados à pessoas pobres (classe D e E), 3 e 4 à algo como uma classe média (classe B e C) e 5 às pessoas mais ricas (classe A)¹³.

Analisando a relação simples entre classe econômica e interesse político, podemos observar, pela figura 7, que, quanto maior a classe do indivíduo, maior seu interesse por política. E o contrário também é verdadeiro: pessoas nas classes mais baixas têm maiores taxas de não interesse. Entre os indivíduos que fazem parte das classes D-E, 7,50% se interessam muito por política. Já na categoria mais alta, A, 12,05% dos seus integrantes se interessam em assuntos políticos, uma diferença de mais de 4%.

Analisando esses dados descritivamente, parece que, para o contexto brasileiro, o interesse político segue o padrão da centralidade social, como acontece para outros aspectos do comportamento político, como a participação (RIBEIRO; BORBA, 2010). São as pessoas no centro da hierarquia social, isto é, homens, com maior escolaridade e em uma classe econômica mais elevada que apresentam maior nível de interesse político.

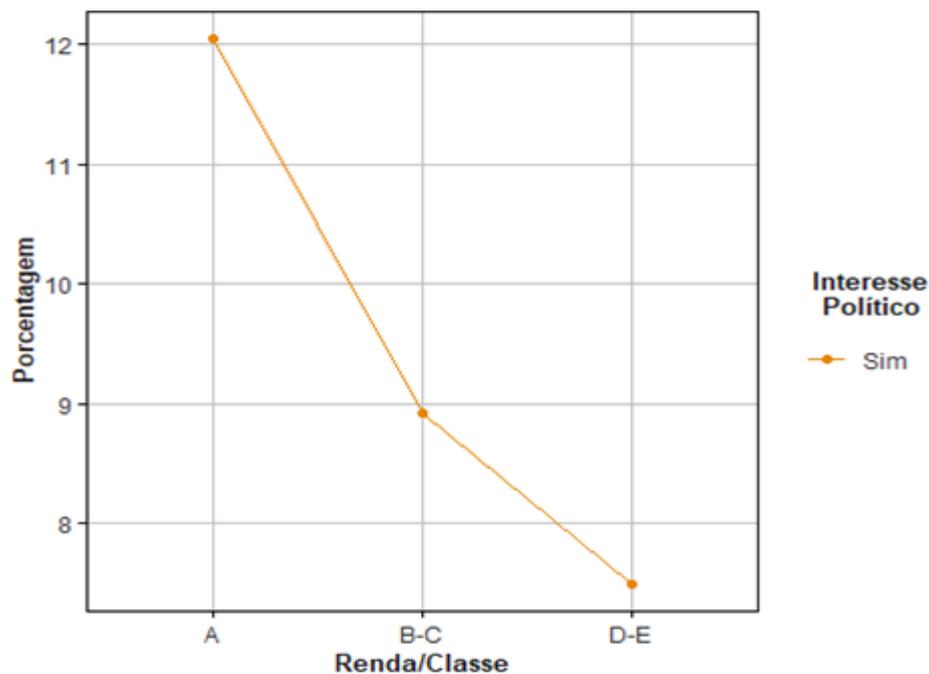
No entanto, essas análises são apenas uma descrição. A relação e o efeito entre essas variáveis e o interesse político serão melhores compreendidos a partir das análises estatísticas feitas a seguir.

¹¹ Para mais informações sobre esse procedimento, ver Filmer e Pritchett (2001).

¹² Para detalhes das perguntas utilizadas, ver Anexo.

¹³ Mais informações podem ser encontradas no Apêndice.

Figura 7: Interesse por Política e Classe Econômica



Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

4. 1 Testando o efeito de coorte no interesse por política

Passadas as descrições simples, passamos agora para os modelos de regressão logística múltipla, que nos permitem entender os efeitos das nossas variáveis de interesse e testar nossa hipótese. Inicialmente, fizemos uma regressão simples com as três variáveis do modelo APC (Tabela 6), isto é, idade período e coorte, a fim de observarmos com elas de comportam sem os controles de medidas socioeconômicas¹⁴. A partir deste modelo simples, apresentado acima, podemos ver que as variáveis de coorte política não foram capazes de explicar o nível de interesse político dos indivíduos. Por outro lado, o ano da pesquisa e a idade (tanto em sua forma linear quanto em sua forma quadrática) se mostram significativas para o interesse político. O período, em alguns dos anos em que o *survey* foi aplicado, aumenta o interesse político dos brasileiros assim como ao passo que as pessoas ficam mais velhas o interesse político vai aumentando. Observando a variável quadrática de idade, ela parece nos indicar que esse acréscimo vai até uma determinada idade, na idade adulta média, e depois vai diminuindo,

¹⁴ Em todos os modelos, a categoria de referência das variáveis de coorte é sempre a coorte referente aos que foram socializados no período da República Liberal-Democrática, o ano de 1995 (na variável de ano do *survey*, que representa o período), as mulheres (sexo) e os com idade superior a 65 anos (quando utilizada a variável de faixa etária).

como podemos ver no gráfico das análises descritivas. Algo que parece comungar com parte da literatura. No entanto, devemos ver como essas variáveis de comportam em um modelo com mais variáveis.

Tabela 6: Modelo 1 - Variáveis APC (por coorte de regimes)

Interesse por política			
<i>Preditores</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercepto)	0.03	0.02 – 0.05	<0.001
Ditadura	0.96	0.73 – 1.26	0.760
Democracia	1.10	0.76 – 1.60	0.606
Ano 1996	1.12	0.82 – 1.54	0.474
Ano 1997	0.77	0.54 – 1.09	0.150
Ano 1998	1.38	1.02 – 1.88	0.037
Ano 2000	1.00	0.72 – 1.38	0.988
Ano 2001	1.31	0.96 – 1.79	0.086
Ano 2003	1.30	0.97 – 1.76	0.082
Ano 2004	1.29	0.96 – 1.75	0.095
Ano 2005	1.19	0.88 – 1.61	0.270
Ano 2007	0.86	0.62 – 1.20	0.380
Ano 2009	1.08	0.79 – 1.49	0.622
Ano 2010	1.19	0.87 – 1.63	0.267
Ano 2013	0.93	0.67 – 1.30	0.682
Ano 2014	1.04	0.77 – 1.43	0.788
Ano 2016	1.69	1.27 – 2.28	<0.001
Ano 2018	2.44	1.77 – 3.37	<0.001
Idade	1.04	1.02 – 1.06	<0.001
Idade^2	1.00	1.00 – 1.00	0.001
Observações		18341	
R ² Tjur		0.008	

Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Como introduzido no capítulo anterior, que trata das análises descritivas, escolhemos adicionar nos nossos modelos apenas variáveis socioeconômicas, além das variáveis APC, considerando a dificuldade de compreender o real efeito de outras variáveis políticas e da preferência por utilizar um modelo sucinto.

Optamos por deixar a variáveis de classe de fora do modelo. Essa atitude foi tomada por entender que existe uma alta colinearidade entre escolaridade e renda no mundo real, que poderia gerar um problema de multicolinearidade, afetando o modelo. Além disso, apesar da renda ser um fator muito influente em diversas características no comportamento político, estudos apontam a escolaridade como mais influente para o desenvolvimento do interesse político do que a renda em si (PRIOR, 2018), o que nos fez optar por deixar escolaridade no modelo.

É evidente que o leitor pode se perguntar o porquê de não adicionarmos variáveis tão importante dentro do campo do comportamento político, como ideologia, partidarismo, sofisticação política, dentre outros. Com certeza essas atitudes estão ligadas ao interesse por política, como fora apontado por diversos estudos dentro do campo. Mas, a partir dos modelos aqui propostos, que testam a correlação entre as variáveis independentes e a dependente, é muito difícil estabelecer a direção causal nessa relação. O interesse político causa mais ideologia, partidarismo etc. ou são ideologia, partidarismo etc. que causam maior interesse por assuntos políticos?

Diversos trabalhos que estudam esses fenômenos, por exemplo, nos dizem que pessoas que têm mais interesse político são mais partidarizadas, têm uma ideologia política mais forte e mais coesa, são mais sofisticados politicamente, dentre outras características (MARQUES, FUKS, 2020). Por outra via, alguns trabalhos que testam a relação causal entre interesse político e ideologia, nos dizem o contrário: mais partidarismo, mais ideologia, mais sofisticação política é causam mais interesse político nos indivíduos. Considerando essa relação dúbia e o tipo de desenho dessa pesquisa, optou-se por não acrescentar aos modelos essas variáveis.

Outro ponto importante é que parte da literatura que estuda efeitos APC nos indica lançar mão de modelos sucintos, a fim de obter um maior ajuste dos modelos com o menor número de variáveis possíveis. Por esses dois motivos referidos em especial, optamos por desenvolver um modelo que contemple apenas as variáveis de idade, período e coorte, centrais neste estudo, mais variáveis socioeconômicas chaves.

A partir do nosso segundo modelo, agora completo, isto é, acrescentando escolaridade e sexo, temos resultado parecido ao modelo simples, quanto às variáveis APC. As coortes de regime político continuam não tendo efeito no interesse político. Idade e ano do *survey* continuam sendo significativos para o interesse político dos brasileiros. Analisando as razões de chance de cada variável na Tabela 7, apresentado abaixo, vemos que ao passo que as pessoas vão ficando mais velhas elas são mais interessadas em política, tendo 4% a mais de chance de ter interesse em relação aos mais novos. No entanto, a variável polinomial não apresenta significância quando consideramos as variáveis socioeconômicas, indicando apenas uma relação linear da variável de idade com o interesse por política.

Sobre os efeitos de período, quatro momentos se mostraram importante para o interesse político dos brasileiros. Os anos, 2000, 2007 e 2013 apresentam efeito negativo e significativo para na variável de interesse. No ano 2000 o país aprovava a lei de responsabilidade fiscal, que obrigava estados e municípios a seguirem regras de gastos, visando o equilíbrio das contas públicas, em tentativa de sanar problemas da economia no país, que apresentou alta taxa de desemprego e inflação¹⁵. Apesar do país apresentar melhoras nesses quesitos no ano de 2000, parece que esses eventos podem ter sido capazes de influenciar o nível de interesse agregado dos brasileiros. O ano 2007 é marcado pelo intenso debate público a respeito do mensalão (escândalo de corrupção que envolvia a doação dinheiro de empresas para partidos políticos, a fim da aprovação de suas pautas de interesse), que apesar de ser trazido à tona no ano de 2005, só em 2007 o Supremo Tribunal Federal (STF) institui ação penal para investigação do escândalo de corrupção¹⁶. Já o ano de 2013 é o ano em que são iniciadas diversas mobilizações de massa no país (Jornadas de Junho. Acontecimentos de Junho), que começou com um protesto pelos preços das passagens no transporte público chegando a manifestações de oposição ao governo e bandeira contra a corrupção (PLEYERS, G.; BRINGEL, 2015; SINGER, 2013). A conjuntura político-social desse ano parece ter sido capaz de afetar outro aspecto além da polarização política (FUKS; MARQUES, 2020), influenciando também nível de interesse político dos brasileiros.

Apesar das análises aqui realizadas não fazerem esses testes, esse exercício argumentativo é feito a fim de entender o que está por trás desses efeitos de período, que se mostram importantes no cenário brasileiro. Apesar da literatura configurar pouco espaço para

¹⁵ Para mais informações: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/03/senadores-reforcam-importancia-da-lei-de-responsabilidade-fiscal-que-faz-21-anos>>; www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro.

¹⁶ Mais informações em: <https://www.politize.com.br/mensalao-o-que-aconteceu/>.

efeitos de período, em um cenário onde o nível de interesse político é baixo e fragilizado, os acontecimentos do dia a dia parecem ter bastante relevância.

Tabela 7: Modelo 2 - Modelo completo (APC por coortes de regime + variáveis socioeconômicas)

Interesse por política			
<i>Preditores</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercepto)	0.01	0.00 – 0.01	<0.001
Ditadura	1.02	0.77 – 1.36	0.874
Democracia	1.15	0.78 – 1.69	0.480
Ano 1995	0.76	0.55 – 1.05	0.093
Ano 1997	0.79	0.50 – 1.23	0.307
Ano 1998	1.02	0.75 – 1.40	0.879
Ano 2000	0.70	0.50 – 0.98	0.036
Ano 2001	1.20	0.87 – 1.65	0.261
Ano 2003	1.14	0.84 – 1.55	0.405
Ano 2004	1.14	0.84 – 1.55	0.402
Ano 2005	1.01	0.74 – 1.37	0.975
Ano 2007	0.70	0.50 – 0.97	0.034
Ano 2009	0.84	0.61 – 1.16	0.283
Ano 2010	0.89	0.65 – 1.23	0.472
Ano 2013	0.64	0.46 – 0.90	0.011
Ano 2014	0.83	0.60 – 1.14	0.241
Ano 2016	1.30	0.97 – 1.77	0.084
Ano 2018	1.76	1.26 – 2.45	0.001
Idade	1.04	1.01 – 1.06	0.001
Idade ²	1.00	1.00 – 1.00	0.103
Escolaridade	1.13	1.11 – 1.14	<0.001
Sexo	1.83	1.65 – 2.04	<0.001
Observações	17582		
R ² Tjur	0.036		

Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Quanto às variáveis socioeconômica, temos o que a literatura aponta. Ambas são positivamente significativas para o interesse político dos brasileiros. Cada ano de escolaridade aumenta em 13% a chance de pessoa ser interessada em política. Já em relação ao sexo, ser do sexo masculino aumenta em 83% a chance de ser interessado em política em relação a ser do sexo feminino. Embora este não seja o foco na nossa pesquisa, é válido pontuar sobre esse efeito, tendo em vista que eles seguem a tendência apontada pela literatura (OKADO; RIBEIRO, 2015; RIBEIRO; BORBA, 2010).

Como apontado anteriormente, a escolaridade se associa ao interesse política de várias formas. Maior escolaridade aumenta as chances de ter um emprego e uma certa estabilidade social, o que significa maior garantia de direitos básicos, o que significa menos necessidade de pensar em demandas básicas da vida, como o que comer no outro dia, e mais espaço para pensar questões políticas. Além dessa questão prática, maior escolaridade está ligada a maior interesse ao passo que ela permite maior desenvolvimento da cognição em relação ao tópico “política”. Pessoas mais escolarizadas tendem a aprender mais facilmente sobre questões ligadas ao assunto e estão mais expostas a informações ligadas ao universo político, logo têm mais estímulo para se interessarem por política.

Vimos também o efeito positivo e significativo do sexo no interesse político dos brasileiros. A grande força por trás dessa diferença está na socialização de gênero que acontece na criação dos dois públicos, o Brasil não fugindo dela. A socialização política de gênero diz respeito ao fato de que homens são ensinados e incentivados a ocupar os espaços e as discussões políticas, enquanto mulheres são ensinadas a valorizadas outros espaços, como lar e família, fazendo-as acreditar e absorver a ideia que política não é para elas (BOS, *et al.*, 2021; FRAILE; SANCHEZ VITORES, 2019; VERGE MESTRE; TORMOS MARÍN, 2012).

Fizemos um modelo que considera faixas de idade (Tabela 8, abaixo), ao invés de idade linearmente, na tentativa de entender melhor como essa variável se comporta em relação a interesse político. As faixas estão divididas em um intervalo que 10 anos e a categoria de referência são as pessoas com mais de 65 anos. Observando os resultados do modelo, podemos notar que duas faixas foram significativas para o interesse político. Estar nas faixas de 15 e 24, 25 e 34 anos e 35 e 44 anos representa menor chance de ser politicamente interessado em relação a quem tem mais de 65 anos, com, respectivamente, 56%, 48% e 32% menos chance de ser interessado em política. Esse resultado comunga com o modelo 2, que indicou efeito linear da

idade no interesse por política, assim como com trabalho anterior, que indica menor interesse dos mais jovens (OKADO; RIBEIRO, 2015)¹⁷.

Tabela 8: Modelo 3 - Modelo completo com faixa de idade (APC por coorte de regime + faixa de idade + variáveis socioeconômicas)

Interesse por política			
<i>Preditores</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercepto)	0.04	0.03 – 0.05	<0.001
Ditadura	1.00	0.76 – 1.32	0.990
Democracia	1.05	0.73 – 1.52	0.796
Ano 1996	0.76	0.55 – 1.05	0.099
Ano 1997	0.79	0.49 – 1.23	0.303
Ano 1998	1.04	0.76 – 1.42	0.820
Ano 2000	0.70	0.50 – 0.98	0.041
Ano 2001	1.22	0.89 – 1.67	0.221
Ano 2003	1.16	0.86 – 1.57	0.344
Ano 2004	1.16	0.86 – 1.58	0.331
Ano 2005	1.03	0.75 – 1.41	0.858
Ano 2007	0.72	0.51 – 1.00	0.048
Ano 2009	0.86	0.63 – 1.19	0.369
Ano 2010	0.91	0.67 – 1.26	0.573
Ano 2013	0.67	0.48 – 0.94	0.019
Ano 2014	0.86	0.63 – 1.18	0.350
Ano 2016	1.36	1.01 – 1.84	0.043
Ano 2018	1.84	1.33 – 2.55	<0.001
fx_idade 15-24	0.44	0.29 – 0.67	<0.001
fx idade 25-34	0.52	0.35 – 0.79	0.002

¹⁷ Em trabalho que busca testar efeitos de ciclo de vida sobre diferentes medidas atitudinais e participativas no contexto brasileiro, Lucas Okado e Ednaldo Ribeiro (2015) identificaram indivíduos mais jovens e solteiros se interessam menos por política, no entanto, a categoria de referência deles englobava todas as pessoas com 30 anos ou mais.

fx_idade 35-44	0.68	0.47 – 0.99	0.041
fx_idade 45-54	0.75	0.53 – 1.05	0.097
fx idade 55-65	0.78	0.58 – 1.04	0.086
Escolaridade	1.13	1.11 – 1.15	<0.001
Sexo	1.83	1.64 – 2.04	<0.001
Observações	17582		
R ² Tjur	0.035		

Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Esses resultados vão ao encontro da literatura, que os indivíduos têm maior interesse ao passo que ficam mais velhos. Portanto, a teoria de que pessoas de meia idade são mais interessadas, em comparação aos mais novos e aos mais velhos, não parece se confirmar para o caso brasileiro. A razão disso pode estar ligada a características de vida dos indivíduos, como cuidado com a família ou questões ligadas ao trabalho. Considerando que esse público, no Brasil, está em idade produtiva, podemos pensar que, especialmente mulheres e pessoas menos escolarizadas, estão mais preocupados em como educar seus filhos, como garantir comida e segurança para a família, como manter uma renda etc. Ao passo que essas preocupações vão diminuindo ao chegar na idade próxima de se aposentarem, o que possibilita mais espaço para discussões de outros tópicos que outrora não tinham espaço, como o mundo político.

Como salientado, utilizamos duas variáveis de coorte, com dois recortes diferentes. Além da variável que considera os regimes políticos, analisada anteriormente, utilizamos também uma variável que considera mais categorias, baseadas mais em eventos ocorridos ao longo da história política recente. Chamamos essa variável de coorte de eventos. Relembrando, ela tem sete categorias (República liberal-democrática, ditadura, redemocratização, Collor, PSDB, PT e mobilizações pós-2013), sendo utilizada nos modelos analisados adiante.

Da mesma forma que fizemos antes, começamos com uma modelo simples, que considera apenas as variáveis APC. A categoria de referência também é a coorte que foi socializada no que chamamos “República Liberal-Democrática”. Além da variável de coorte, temos idade, idade quadrática e o ano em que a pesquisa foi feita.

Assim como ocorreu com a variável de coorte baseada nos regimes políticos, não obtivemos efeitos significativos para nenhuma das coortes baseadas nos eventos políticos

(como pode ser observado na Tabela 9). Apesar dos valores dos coeficientes estarem no sentido esperado, eles não apresentam significância estatística. A idade e o ano da pesquisa continuam sendo significativos. No entanto, nesse recorte, são anos diferentes que apresentam significância estatística (1998, 2016 e 2018), ambos com efeitos positivos. Novamente, neste modelo simples, as duas variáveis de idade apresentam efeito significativo na variável de interesse.

Tabela 9: Modelo 4 - Variáveis APC (por coorte de eventos)

<i>Preditores</i>	Interesse por política		
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercepto)	0.04	0.01 – 0.11	<0.001
Ditadura	0.93	0.69 – 1.25	0.625
Redemocratização	0.87	0.57 – 1.34	0.530
Collor	0.87	0.50 – 1.52	0.624
PSDB	0.95	0.50 – 1.80	0.869
PT	0.93	0.42 – 2.02	0.847
Mobilização	0.80	0.31 – 2.08	0.651
Ano 1996	1.12	0.82 – 1.54	0.466
Ano 1997	0.78	0.55 – 1.10	0.158
Ano 1998	1.40	1.03 – 1.91	0.032
Ano 2000	1.02	0.73 – 1.42	0.926
Ano 2001	1.34	0.98 – 1.85	0.071
Ano 2003	1.34	0.98 – 1.84	0.071
Ano 2004	1.33	0.97 – 1.84	0.082
Ano 2005	1.23	0.88 – 1.71	0.226
Ano 2007	0.90	0.62 – 1.29	0.564
Ano 2009	1.13	0.79 – 1.63	0.503
Ano 2010	1.25	0.87 – 1.81	0.227
Ano 2013	0.99	0.66 – 1.49	0.980
Ano 2014	1.12	0.75 – 1.68	0.574

Ano 2016	1.84	1.22 – 2.78	0.004
Ano 2018	2.67	1.70 – 4.19	<0.001
Idade	1.04	1.01 – 1.07	0.014
Idade^2	1.00	1.00 – 1.00	0.003
Observações	18341		
R ² Tjur	0.008		

Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

No entanto, como nos modelos anteriores, precisamos ver como essas variáveis se comportam em modelos mais completo, como está representado no modelo 5, a seguir. Novamente, nossa variável de coorte não apresenta efeito no interesse por política dos brasileiros. Isto é, nenhum dos eventos compreendidos nessas categorias foram capazes de formar gerações com mais ou menos interesse por política. Em relação às outras variáveis APC, um movimento interessante acontece: a idade não é mais um fator incidente no interesse por política dos brasileiros e apenas o ano de 2018 possui esse efeito, aumentando em dobro as chances de desenvolvimento do interesse político, em comparação ao ano de referência (1995).

Tabela 10: Modelo 5 - modelo completo (APC por coorte de eventos)

<i>Preditores</i>	Interesse por política		
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercepto)	0.01	0.00 – 0.03	<0.001
Ditadura	0.97	0.71 – 1.32	0.853
Redemocratização	0.87	0.56 – 1.34	0.521
Collor	0.83	0.47 – 1.48	0.533
PSDB	0.86	0.45 – 1.67	0.661
PT	0.83	0.37 – 1.84	0.644
Mobilização	0.80	0.30 – 2.11	0.655
Ano 1996	0.76	0.55 – 1.05	0.095
Ano 1997	0.80	0.50 – 1.24	0.325
Ano 1998	1.04	0.76 – 1.43	0.790

Ano 2000	0.72	0.51 – 1.01	0.060
Ano 2001	1.25	0.90 – 1.73	0.184
Ano 2003	1.20	0.87 – 1.65	0.275
Ano 2004	1.20	0.87 – 1.68	0.265
Ano 2005	1.07	0.76 – 1.50	0.699
Ano 2007	0.75	0.52 – 1.09	0.128
Ano 2009	0.91	0.63 – 1.32	0.623
Ano 2010	0.97	0.67 – 1.41	0.885
Ano 2013	0.72	0.47 – 1.09	0.116
Ano 2014	0.93	0.62 – 1.40	0.721
Ano 2016	1.48	0.97 – 2.26	0.068
Ano 2018	2.01	1.27 – 3.19	0.003
Idade	1.03	1.00 – 1.06	0.062
Idade^2	1.00	1.00 – 1.00	0.129
Escolaridade	1.13	1.11 – 1.14	<0.001
Sexo	1.83	1.65 – 2.04	<0.001
Observações	17582		
R ² Tjur	0.036		

Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Novamente o efeito da escolaridade e do sexo permanecem como influentes na existência de interesse político entre os brasileiros. Cada ano a mais estudado representa 12% a mais de chance de ser politicamente interessado. Em relação ao sexo, neste modelo, temos que ser homem aumenta em 83% a chance de ter interesse por política.

Da mesma forma feita anteriormente, testamos o modelo com faixas de idade, que pode ser observado abaixo, no modelo 6. E comprovando o modelo anterior, nenhuma das faixas de idade (em comparação aos que possuem mais de 65 anos) foram significativas para o interesse por política. Esses resultados vão de encontro à literatura, que aponta efeito da idade na motivação para a política. E aqui, além de 2018, o ano de 2016 apresenta efeito positivo no interesse por política.

Tabela 11: Modelo 6 - Modelo completo com faixa de idade (APC por coorte de eventos + faixa de idade + variáveis socioeconômicas)

<i>Preditores</i>	Interesse por política		
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercepto)	0.03	0.02 – 0.05	<0.001
Ditadura	0.95	0.71 – 1.27	0.739
Redemocratização	0.75	0.51 – 1.10	0.136
Collor	0.68	0.42 – 1.09	0.110
PSDB	0.67	0.39 – 1.13	0.134
PT	0.61	0.32 – 1.14	0.120
Mobilização	0.54	0.25 – 1.16	0.113
Ano 1996	0.77	0.55 – 1.06	0.105
Ano 1997	0.80	0.50 – 1.24	0.330
Ano 1998	1.07	0.78 – 1.46	0.686
Ano 2000	0.74	0.53 – 1.04	0.084
Ano 2001	1.30	0.94 – 1.79	0.113
Ano 2003	1.26	0.92 – 1.72	0.151
Ano 2004	1.27	0.93 – 1.75	0.133
Ano 2005	1.14	0.83 – 1.58	0.420
Ano 2007	0.81	0.57 – 1.15	0.239
Ano 2009	0.99	0.70 – 1.40	0.965
Ano 2010	1.06	0.75 – 1.51	0.726
Ano 2013	0.80	0.55 – 1.17	0.258
Ano 2014	1.05	0.73 – 1.52	0.789
Ano 2016	1.70	1.18 – 2.46	0.004
Ano 2018	2.34	1.57 – 3.51	<0.001
fx_idade 15-24	0.74	0.40 – 1.39	0.349
fx idade 25-34	0.81	0.48 – 1.38	0.443
fx_idade 35-44	0.95	0.61 – 1.48	0.814
fx idade 45-54	0.90	0.62 – 1.31	0.586

fx_idade 55-65	0.82	0.61 – 1.11	0.196
Escolaridade	1.13	1.11 – 1.15	<0.001
Sexo	1.83	1.64 – 2.04	<0.001
Observações	17582		
R ² Tjur	0.036		

Fonte: autora, a partir de dados do Latinobarômetro e Lapop, 1995-2018.

Recapitulando, nossas análises estatísticas negam as hipóteses de que, para o contexto brasileiro, pessoas que foram majoritariamente socializadas em um regime de maior liberdade de discussão política, assim como passar esse momento definidor de formação em um contexto de maior saliência de assuntos políticos na opinião pública seriam mais interessadas por política.

Pontuações metodológicas devem ser feitas, pois podem estar afetando esses resultados. Os melhores dados para fazer esse tipo de teste seriam dados de painel, pois permitem seguir o mesmo indivíduo ao longo do tempo, acompanhado a evolução de suas características político-comportamentais. Além disso, os anos dos dados disponíveis para essa análise não são escolhidos por mim, mas são os que estão disponíveis, e dizem respeito apenas à história política mais recente. Uma série temporal maior poderia ser útil. Além disso, qualquer recorte de uma variável de estudo é arbitrário e, muitas vezes, recortes diferentes podem gerar resultados diferentes (GRASSO, 2014). Talvez um recorte mais sofisticado, que segmente de forma mais precisa os períodos formativos dos indivíduos possam mudar esse resultado.

O que podemos ver é que, de acordo com trabalhos anteriores (OKADO, 2013; OKADO; RIBEIRO, 2015), o ciclo de vida que parece ser incidente no nível de interesse político dos brasileiros quando consideramos o modelo que testa as coortes de regime político. Nesse caso, são os mais velhos os mais interessados por política. Os mais jovens, por não terem uma posição central na sociedade, por ainda estarem se estabelecendo no meio político, preocupados em construir aspectos importantes de sua vida, como carreira e trabalho, têm pouco tempo a oferecer às questões e assuntos políticos. Por outro lado, ao passo que as pessoas vão ficando mais velhas, com aspectos da sua vida estabelecidos, já estão trabalhando, com uma posição definida em relação à constituição familiar, elas têm mais motivos e condições para se interessarem por política.

Diferente de resultados de pesquisas anteriores¹⁸, alguns períodos da história recente se mostraram capazes de influenciar o nível dessa motivação entre os brasileiros. Talvez o cenário de baixa valorização do mundo político, em que a população é apática, sendo baixo o percentual de pessoas que se interessam por política, confira a esses eventos pontuais mais espaço no arranjo político-comportamental brasileiro. Tomando todos os modelos, pode-se afirmar que o ano de 2018, indiscutivelmente, foi um marco no interesse político agregado dos brasileiros. A dinâmica política oriunda desse período foi capaz de mobilizar a população acerca dos objetos políticos, tornando-os mais interessados por política. Resta saber se esse estímulo se perpetuará ao longo do tempo, mantendo os indivíduos interessados, ou se, encontrado um terreno infértil, desmotivará o desenvolvimento dessa motivação tão importante para a vida democrática.

Os resultados gerais apontam para a tese da centralidade social, que postula o argumento são maiores as chances de participação política de um indivíduo quanto mais central ele estiver na escala social (*i.e.* mais rico, de classe mais alta, maior escolaridade, etc.). Assim como foi influente na explicação de outras características do comportamento político dos brasileiros (RIBEIRO, BORBA, 2010; OKADO; RIBEIRO, 2015), ele se mostra verdadeiro também para o interesse político. Podemos dizer que os mais interessados em política no Brasil são os homens, mais velhos e de maior escolaridade, isto é, aqueles que possuem um lugar central na estrutura social.

O Brasil é um país de democracia recente, com um sistema partidário que foi desfeito no período autoritário e que teve que se reestruturar no período de redemocratização, em que os cidadãos não conferem credibilidade a instituições centrais da democracia, como os partidos políticos e ao Congresso Nacional, pois sentem que essas instituições são indiferentes às suas demandas, tornando-se distantes e com uma percepção negativa da política e dos políticos (MENEGUELLO; DEL PORTO, 2022; MOISÉS, 2005; MOISÉS, CARNEIRO, 2008; SANTOS; HOFFMANN, 2019).

Pesquisas em educação e psicologia mostram evidências de que as pessoas são motivadas a se engajarem em uma tarefa com base em sua expectativa de sucesso e na valorização dessas tarefas. Se os indivíduos sentem que podem ter sucesso em determinada tarefa e que em algum momento isso será valorizado, são maiores as chances de desenvolverem motivação para um determinado fim (WIGFIELD; ECCLES, 2000). Enquanto a ambiente

¹⁸ Esses mesmo estudos não encontraram efeito para os anos de pesquisas analisados em sua pesquisa. No entanto, são apenas três períodos considerados na série, o que pode ter reduzido a chance de capturar esse efeito.

político e social brasileiro não romper essa desconexão entre os cidadãos e o sistema político, fazendo com que se sintam ouvidos e atendidos em suas demandas básicas, o cenário de baixo interesse por política dos brasileiros se perpetuará.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos estudos apontam a importância do interesse político como um dos motivadores de diversas atitudes e comportamentos políticos. Embora a relação não seja determinística, isto é, nem todo interesse é convertido em atributos desejáveis para a boa cidadania, ser interessado em assuntos políticos aumenta a probabilidade de participar em espaços e repertórios de ação políticos, tornando maior a força dos cidadãos no jogo político.

Considerando a relevância dessa variável na arranjo político-comportamental dos indivíduos, este trabalho buscou identificar se o surgimento do interesse político dos brasileiros é resultado de experiências em seu período formativo. Em outras palavras, investiguei se há efeito de geração no interesse político dos cidadãos do país.

Os resultados refutam a hipótese de efeito de geração no interesse político, para os recortes aqui estabelecidos. Trabalhos futuros podem testar outros recortes para a variável de coorte política e testar essa relação.

Como indicado por literatura anterior (OKADO, RIBEIRO, 2015), resultados aqui apresentados confirmam o efeito do ciclo de vida no interesse por política dos brasileiros: em ambiente onde o interesse por política geral é baixo, os mais jovens são ainda menos interessados do que os mais velhos. O espaço está aberto para que novos trabalhos que busquem identificar aspectos do ciclo de vida que estão associados ao desenvolvimento de interesse político entre os brasileiros.

Apesar da literatura atribuir pouco efeito dos acontecimentos episódicos para o desenvolvimento do interesse político (de período), as análises aqui realizadas indicam que para a realidade brasileira esses acontecimentos são sim capazes de influenciar o nível de interesse político dos brasileiros. Exercícios futuros devem investigar melhor esse aspecto.

Estudiosos da psicologia que se debruçaram a entender o interesse humano, como se desenvolve e como se mantém, argumentam que a peça-chave para que a curiosidade

momentânea se converta em interesse político é o estímulo do ambiente. Um meio que incentive essa interação da pessoa com o objeto de interesse proporciona uma “fixação” do interesse, ao ponto que em algum momento o indivíduo não precisaria mais de estímulos externos, pois já teria consigo a relevância *per si* do objeto em sua cognição. E embora esse estímulo não precise necessariamente ser positivo, no geral, a presença de algum sentimento de importância do objeto para o indivíduo potencializa a probabilidade do desenvolvimento do interesse disposicional (duradouro).

O que este trabalho aponta é que não há estímulos suficientes no Brasil para expandir o nível de interesse político na população. O interesse por política no país é baixo e se concentram em um público específico que está no centro social: homens, mais velhos, de maior escolaridade e maior renda.

Escândalos de corrupção no cenário político nacional somados à falta de atendimento do estado, ente que guia a política, às necessidades básicas das pessoas, fecundam o terreno para que os cidadãos guardem para si o sentimento de que política não traz retornos positivos e de que se envolver com esse universo não é vantajoso, já que não são ouvidos. Nesse cenário, a mensagem geral que fica é a de que dedicar tempo e energia com a política é perda de tempo.

A continuação desse cenário vai continuar privilegiando uma parcela restrita (homens mais velhos, mais escolarizados e mais ricos) na discussão e construção da democracia no país, perpetuando desigualdades históricas, que distanciam uma parcela da sociedade (as mulheres, os mais pobres, os menos escolarizados) do processo público decisório.

Vivemos em uma sociedade que tem como regra social compartilhada que “política não se discute”. A falta dessa discussão e estímulos positivos inibe o potencial de entendimento na sociedade de que este é um assunto que está interligado em todos os aspectos de sua vida, que interfere no seu dia a dia, e que, portanto, é preciso sim se discutir. Enquanto não forem dadas as condições para que esse cenário mude, continuaremos uma sociedade pouco interessada em política e fadadas a manter as desigualdades políticas.

REFERÊNCIAS

- ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].
- BELL, A. Age period cohort analysis: a review of what we should and shouldn't do. **Annals of Human Biology**, v. 47, n. 2, p. 208–217, 17 fev. 2020.
- BELL, A.; JONES, K. The hierarchical age–period–cohort model: Why does it find the results that it finds? **Quality & Quantity**, v. 52, n. 2, p. 783–799, 1 mar. 2018.
- BENNETT, L. L. M.; BENNETT, S. E. Enduring Gender Differences in Political Interest: The Impact of Socialization and Political Dispositions. **American Politics Quarterly**, v. 17, n. 1, p. 105–122, 1 jan. 1989.
- BOS, A. L. et al. This One's for the Boys: How Gendered Political Socialization Limits Girls' Political Ambition and Interest. **American Political Science Review**, p. 1–18, 2021.
- CAMPBELL, A. et al. **The American Voter**. [s.l.] University of Chicago Press, 1980.
- CERVI, E. U.; BORBA, F. Quem se abstém no Brasil? 43o Encontro anual da anpocs p.25, 2019. CHAMBERS, J. M.; HASTIE, T. J. Statistical Models. Em: **Statistical Models in S**. [s.l.] Routledge, 1992.
- COLLIER, R. B.; COLLIER, D. **Critical Junctures and Historical Legacies**. Rochester, NY, 1991. Disponível em: <<https://papers.ssrn.com/abstract=1750509>>. Acesso em: 16 mai. 2022.
- CONVERSE, P. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. *Critical Review*, London, vol. 18, n. 1-3, p. 1-74, [1964] 2006.
- CÓRDOVA, A. Methodological note: Measuring relative wealth using household asset indicators. **AmericasBarometer Insights**, v. 6, n. 9, 2009.
- DAHL, V.; ABDELZADEH, A.; SOHL, S. The moderating role of political interest: Investigating involvement in institutional and non-institutional political participation among young adults in Sweden. **PCS – Politics, Culture and Socialization**, v. 7, n. 1–2, 2016.
- DAHL, V. et al. Apathy or alienation? Political passivity among youths across eight European Union countries. **European Journal of Developmental Psychology**, v. 15, n. 3, p. 284–301, 21 novembro 2017.
- DEL PORTO, F. B. **Jovens da democracia?: valores políticos das coortes da juventude brasileira no período democrático recente (1989-2006)**. Doutor em Ciência Política—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 20 abr. 2012.
- DINIZ, E. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura. In: José SZWAKO, J.; MOURA, R.; D'AVILA FILHO, P. (org.). **Estado e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro, 2016. p. 276.
- DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: USP, 1999.

DÚRAN MUÑOZ, R. La democracia de nuestros mayores. Compromiso cívico y envejecimiento en España. **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, vol. 6, núm. 2, 2007, pp. 91-105

EASTON, D.; DENNIS, J. **Children in the Political System: Origins of Political Legitimacy**. [s.l.] McGraw-Hill, 1969.

FERREIRA, J. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964): revisitando temas historiográficos. In: NUNES, J. P. A.; FREIRE, A (org.). **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados**. [s.l.] Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, 2013.

FILMER, D.; PRITCHETT, L. H. Estimating wealth effects without expenditure data or tears: an application to educational enrollments in states of India. **Demography**, v. 38, n. 1, p. 115–132, 2001.

FOSSE, E.; WINSHIP, C. Bounding Analyses of Age-Period-Cohort Effects. **Demography**, v. 56, n. 5, p. 1975–2004, 1 out. 2019.

FOX, S. **Apathy, alienation and young people: the political engagement of British millennials**. Tese (Doutorado). Universidade de Nottingham. 2015.

FRAILE, M.; SANCHEZ VITORES, I. Tracing the Gender Gap in Political Interest Over the Life Span: A Panel Analysis. **Political Psychology**, v. 41, 1 maio 2019.

FUKS, M.; MARQUES, P. H. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, v. 26, n. 3, p. 401–430, 2020.

FUKS, M.; PAULINO, R. O.; CASALECCHI, G. A. Socialization and Political Regimes: the Impact of Generation on Support for Democracy in Latin America. **Bras. Political Sci. Rev.**, v. 12, n. 1, 6 mar. 2018.

GALAIS, C. ¿Cada vez más apáticos? El desinterés político juvenil en España en perspectiva comparada. **Revista Internacional de Sociología**, v. 70, n. 1, p. 107–127, 30 abr. 2012a.

GALAIS, C. Edad, cohortes o período. Desenredando las causas del desinterés político en España. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, 2012b.

GLENN, N. **Cohort Analysis**. 2455 Teller Road, Thousand Oaks California 91320 United States of America: SAGE Publications, Inc., 2005.

GLENN, N. D.; GRIMES, M. Aging, Voting, and Political Interest. **American Sociological Review**, v. 33, n. 4, p. 563–575, 1968.

GRASSO, M. T. Age, period and cohort analysis in a comparative context: Political generations and political participation repertoires in Western Europe. **Electoral Studies**, v. 33, p. 63–76, 1 mar. 2014.

GRASSO, M. T. et al. Thatcher's Children, Blair's Babies, Political Socialization and Trickle-down Value Change: An Age, Period and Cohort Analysis. **British Journal of Political Science**, v. 49, n. 1, p. 17–36, jan. 2019.

HARACKIEWICZ, J. M.; KNOGLER, M. **Interest: Theory and application**. In: Handbook of competence and motivation: Theory and application, 2nd ed. New York, NY, US: The Guilford Press, 2017. p. 334–352.

HIDI, S.; RENNINGER, K.; KRAPP, A. **Interest, A Motivational Variable That Combines Affective And Cognitive Functioning**. In: DAI, D. Y.; STERNBERG, R. J. (EDS.). : Integrative Perspectives on Intellectual Functioning and Development. New York: Routledge, 2004.

INGLEHART, M. L. Political Interest in West European Women: An Historical and Empirical Comparative Analysis. **Comparative Political Studies**, v. 14, n. 3, p. 299–326, 1 out. 1981.

INGLEHART, R; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultura e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. Brasília: Editora Francis, 2009.

LAND, K. Age-Period-Cohort Analysis of Repeated Cross-Section Surveys: Fixed or Random Effects? **Sociological Methods & Research - SOCIOL METHOD RES**, v. 36, p. 297–326, 1 fev. 2008.

JENNINGS, M. K. Another Look at the Life Cycle and Political Participation. **American Journal of Political Science**, v. 23, n. 4, p. 755–771, 1979.

JENNINGS, M. K.; NIEMI, R. G. The Transmission of Political Values from Parent to Child. **American Political Science Review**, v. 62, n. 1, p. 169–184, mar. 1968.

JENNINGS, M. K.; NIEMI, R. G. **Generations and Politics: A Panel Study of Young Adults and Their Parents**. [s.l.] Princeton University Press, 1981.

JENNINGS, M. K.; STOKER, L.; BOWERS, J. Politics across Generations: Family Transmission Reexamined. **The Journal of Politics**, v. 71, n. 3, p. 782–799, jul. 2009.

KOSKIMAA, V; RAPELI, L. Political Socialization and Political Interest: The Role of School Reassessed. **Journal of Political Science Education**, v. 11, p. 141–156, 12 maio 2015.

KRAPP, Andreas; PRENZEL, Manfred. Research on Interest in Science: Theories, methods, and findings. **International Journal of Science Education**, v. 33, n. 1, p. 27–50, 2011.

KUPPER, L. L. et al. Statistical age-period-cohort analysis: A review and critique. **Journal of Chronic Diseases**, v. 38, n. 10, p. 811–830, 1 jan. 1985.

MANNHEIM, K. **O problema sociológico das gerações**. In: FORACCHI, M. M. (org), Karl Mannheim: Sociologia. São Paulo: Ática, pp. 67-95, 1982

MARTÍN, I. Contending explanations about interest in politics in two new democracies: Greece and Spain. p. 38, **Working Papers Online Series**, Departamento de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Universidad Autónoma de Madrid. 2005.

MÉNDEZ, Y. S.; WALTENBERG, F. D. Desigualdade de renda e demanda por redistribuição na América Latina: uma análise com modelos multinível e com pseudopainel. **Center for Studies on Inequality and Development**, p. 1–49, 2015.

- MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-65, mar. 2005.
- MOISÉS, J. Á.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1-42, jun. 2008.
- MENEGUELLO, R.; PORTO, F. B. DEL. A desconfiança política dos eleitores em face do Congresso Nacional e dos partidos políticos: o déficit de nossa história representativa. **Revista USP**, v. 1, n. 134, p. 179-196, 16 set. 2022.
- NEUNDORF, A.; NIEMI, R. G. Beyond political socialization: New approaches to age, period, cohort analysis. **Electoral Studies**, v. 33, p. 1-6, 1 mar. 2014.
- NEUNDORF, Anja; SMETS, Kaat; GARCÍA-ALBACETE, Gema M. Homemade citizens: The development of political interest during adolescence and young adulthood. **Acta Política**, v. 48, n. 1, p. 92-116, 2013.
- NORRIS, P. **Introduction: The Growth of Critical Citizens?**. In: Pippa Norris (Org.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Government*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 1-27.
- NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- OKADO, L. T. A. **Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclo de vida ou geração?** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá. Paraná, p. 103. 2013
- OKADO, L.; RIBEIRO, E. Condição juvenil e a participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v. 4, 24 ago. 2015.
- PLEYERS, G.; BRINGEL. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nova Sociedade**, v. 2015, p. 4, 2015.
- PRIOR, Markus. You've Either Got It or You Don't? The Stability of Political Interest over the Life Cycle. **The Journal of Politics**, v. 72, n. 3, p. 747-766, 2010.
- _____. **Hooked: How Politics Captures People's Interest**. Cambridge Core. 2018. Disponível em: </core/books/hooked/8DDDE784046B990C05668A69E9172E3D>. Acesso em: 6 maio 2020.
- PRIOR, M.; BOUGHER, L. D. “Like They’ve Never, Ever Seen in This Country”? Political Interest and Voter Engagement in 2016. **Public Opinion Quarterly**, v. 82, n. S1, p. 822-842, 11 abr. 2018.
- RIBEIRO, E.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, p. 28-63, 2010.
- SANTOS, E. R.; HOFFMANN, F. Qualidade da Democracia no Brasil e Confiança nas Instituições Políticas. **Campos Neutros - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 46-69, 2019.

SEARING, D.; WRIGHT, G.; RABINOWITZ, G. The Primacy Principle: Attitude Change and Political Socialization. **British Journal of Political Science**, v. 6, n. 1, p. 83–113, jan. 1976.

SEARS, D. O.; FUNK, C. L. Evidence of the Long-Term Persistence of Adults' Political Predispositions. **The Journal of Politics**, 22 out. 2015.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP**, p. 23–40, nov. 2013.

SHANI, D. **Measuring Political Interest. In: Improving public opinion surveys: Interdisciplinary innovation and the American national election studies.** ALDRICH, J.; MCGRAW, K. M (Org.). PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 2012.

SHEHATA, Adam; AMNÅ, Erik. The Development of Political Interest Among Adolescents: A Communication Mediation Approach Using Five Waves of Panel Data. **Communication Research**, v. 46, n. 8, p. 1055–1077, 2019.

VAN DETH, J. W. **Interest in Politics.** In: Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies. Org. JENNING, M. K. e VAN DETH, J. W. Berlim; Neva York: Gruyter, 1990, pp. 275-312.

VAN DETH, J. W.; ELFF, M. Politicisation, economic development and political interest in Europe. **European Journal of Political Research**, v. 43, n. 3, p. 477–508, 2004.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics.** [s.l.] Harvard University Press, 1995.

VERGE MESTRE, T.; TORMOS MARÍN, R. The Persistence of Gender Differences in Political Interest. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, 2012.

WIGFIELD, A.; ECCLES, J. S. Expectancy–Value Theory of Achievement Motivation. **Contemporary Educational Psychology**, v. 25, n. 1, p. 68–81, 1 jan. 2000.

YANG, Y.; LAND, K. C. **Age-Period-Cohort Analysis: New Models, Methods, and Empirical Applications.** 1. ed. [s.l.] Chapman and Hall/CRC, 2016.

ZALLER, J. R. **The Nature and Origins of Mass Opinion.** Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

APÊNDICE – Construção das Variáveis

VAVIÁVEIS UTILIZADAS NOS MODELOS

VARIÁVEL DEPENDENTE

Auto relato de interesse político. Utiliza a pergunta “Cuan interesado está Ud. en la política?” (e derivações mínimas). As respostas devem ser binarizadas com “muito interessado” e “algo interessado” compondo a categoria “interessado” (1) e “pouco interessado” e “nada interessado” sendo os “não interessados” (0).

Interesse 2: “muito interessado” = 1; todas as outras categorias = 0.

VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Essa pergunta não está disponível para os anos 2002, 2008, 2011, 2015, 2016, 2017 e 2018 do Latinobarômetro. Logo, esses anos serão excluídos das análises, assim como 2020, que não apresenta a variável de sexo. Para aumentar a sequência temporal, serão acrescentadas as ondas de *survey* de 2014, 2016 e 2019 do LAPOP A seguir, os códigos dessa questão em cada banco:

Eu usei como referência os questionários em espanhol (não sei se varia). Exceto para o ano de 2009, em que usei o questionário em inglês como referência.

ANO	QUESTÕES				
LATINO	INTERESSE	IDADE	ESCOLARIDADE	SEXO	BENS
1995	P62	S2	S17/S20	S1	
1996	P64	S2	S14/S16	S1	
1997	SP41	S2	S10/S12	S1	
1998	SP36	S2	S11/S14	S1	
2000	P63ST	S2	S6	S1	
2001	P56ST	S2	S6	S1	
2003	P61ST	S2	S6	S1	
2004	P29ST	S2	S6	S1	
2005	P37ST	S7	S11	S6	
2007	P59ST	S11	S15	S10	
2009	Q32STGBS	S6	S12	S5	
2010	P23ST	S8	S14	S7	
2013	P20STGBS	S11	S17	S10	
LAPOP					
2014	POL1	Q2Y	ED	Q1	R1 a R26
2016	POL1	Q2	ED	Q1	R1 a R18
2018	POL1 (não usar POL1EXP)	Q2	ED	Q1	R1 a R18

As questões de geração políticas serão feitas através dos anos de nascimentos, que serão calculados por meio de “ano da pesquisa – idade”.

Coortes – Serão considerados membros de uma corte os indivíduos que tinham entre 16 e 20 (5 anos) anos no período em que os eventos políticos aconteceram no país. Pessoas que vivenciaram mais de um evento, isto é, que estão na fronteira serão colocados como integrantes da coorte em que passou mais tempo (3 anos). Dois recortes de coortes serão feitos:

1 – Regime Político

República liberal (1945-1963): pessoas que nasceram 1945 para trás;

Ditadura (1964-1984): pessoas que nasceram entre 1946 e 1966;

Democratização: pessoas que nasceram de 1967 em diante.

2 – Eventos Políticos

República Democrática-Liberal (1945-1963): pessoas que nasceram de 1945 para trás;

Ditadura forte (1964-1974): pessoas que nasceram de 1946 até 1956;

Redemocratização (1975-1988): pessoas que nasceram de 1957 até 1970;

Collor (1989-1993): pessoas que nasceram de 1971 até 1975;

PSDB (1994[considerando a eleição um marco inicial]-2002): 1976 até 1984;

PT (2003-2012): pessoas que nasceram de 1985 até 1994;

Mobilizações pós-2013: (2013-2016): pessoas que nasceram de 1995 em diante.

Idade - linear e quadrática para os modelos logísticos. E em faixa: 16 a 25; 30 a 59; 60 em diante.

Período - os anos das pesquisas (1995, 1996, 1997, 1998, 2000, 2001, 2003, 2004, 2005, 2007, 2009, 2010, 2012, 2014, 2016, 2018).

Escolaridade – de 0 a 17 anos estudados.

Sexo – Mulher (0), Homem (1).

Situação econômica – cinco categorias (A, B, C, D e E). Depois formou-se três categorias: D e E sendo os mais pobres, B e C como a classe média e A como os mais ricos.